

## Índice

Introdução	1
<hr/>	
Metodologia	2
<hr/>	
<b>CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO</b>	
<hr/>	
Caracterização Demográfica do concelho de Vila Nova de Famalicão	5
<hr/>	
Caracterização Educacional	11
<hr/>	
Caracterização Social	28
<hr/>	
Caracterização Económica	51
<hr/>	
Caracterização Socioeconómica – o desemprego	68
<hr/>	
Enquadramento estratégico do concelho de Vila Nova de Famalicão	76
<hr/>	

## **COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Por deliberação unânime da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, sob proposta da CDU, foi, na sua reunião ordinária de 27 de Novembro de 2009, constituída uma comissão eventual, sem data limite de funcionamento, composta por nove elementos, incumbida da função de actualizar o levantamento e análise da situação socioeconómico da área do concelho de Vila Nova de Famalicão, realizado em 2010, competindo-lhe no final apresentar relatório adequado.

Para integrar a criada comissão, os grupos municipais procederam à indicação dos seus representantes:

- António Fernando Sanguêdo Meireles - Representante do Partido Social Democrata;
- Carla Sofia de Santana Afonso Ribeiro de Faria - Representante do Partido Socialista;
- Carlos Manuel Cardoso de Azevedo - Representante da CDU.
- Elisa Maria Domingues Costa Carvalho - Representante do Partido Socialista;
- José Alfredo Silva Leite - Representante do Partido Social Democrata;
- José Luís Silva Araújo – Representante do Bloco de Esquerda
- Paulo Jorge Lopes Coelho - Representante do CDS/Partido Popular;
- Sílvio Tomé Simões Vilela - Representante do Partido Social Democrata;
- Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira - Representante do Partido Social Democrata;

Os membros referidos tomaram posse em 18 de Janeiro de 2010 e nessa mesma reunião foi, por escrutínio secreto, eleito o membro António Fernando Sanguêdo Meireles presidente na instituída e empossada comissão.

Por indicação do presidente e com a aceitação dos visados, foram, na reunião de 18 de Janeiro de 2010, eleitos secretário da comissão o membro Sílvio Tomé Simões Vilela e relator o membro Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira.

Nessa mesma reunião foi analisada a metodologia a empreender no desenvolvimento dos trabalhos da comissão, tendo sido apresentadas propostas por parte do PSD. Da análise das duas propostas existentes, deliberou a comissão a adopção da seguinte

## **METODOLOGIA**

O trabalho a desenvolver pela comissão assentou na divisão dos assuntos a tratar em três grandes áreas:

- Área educacional
- Área social
- Área económica

### 1. - COMPILAÇÃO DE DADOS:

#### 1.1.- Pedido de audição às seguintes personalidades e entidades:

➤ Entidades representativas da área educacional/Formação:

- \* CIOR
- \* Universidade Lusíada
- \* CESPU
- \* Didaxis

➤ Entidades representativas da área social:

- \* Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- \* IEFP
- \* YUPPI
- \* LOC – Liga Operária Católica
- \* Ordem dos Advogados

➤ Entidades representativas da área económica:

- \* ACIF – Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão
- \* UGT
- \* CGTP – União dos Sindicatos de Braga
- \* AIMinho
- \* Campicarn

Esta Comissão decorreu durante um longo período de tempo, mas apenas contou com 21 sessões de trabalho, tendo sido desenvolvido muito trabalho fora dessas mesmas sessões de trabalho por parte dos seus membros.

2. - ANÁLISE DA SITUAÇÃO:

- a. Análise de toda a informação e documentação recolhida.
- b. Convocatória de outras entidades ou técnicos com vista a prestar esclarecimentos ou informação complementar.
- c. Elaboração de relatório preliminar interno, sobre a análise da situação e elaboração de recomendações a apresentar às diversas entidades.

3. – RECEPÇÃO E DISCUSSÃO DE PROPOSTAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO:

- a. Recepção de propostas ou recomendações sobre matérias relacionadas com o tema
- b. Discussão das propostas e das recomendações
- c. Votação das propostas e das recomendações
- d. Junção das declarações de voto

4. - PERÍODO DE REDACÇÃO DO RELATÓRIO FINAL:

- a. Elaboração do relatório final

5. - CONCLUSÃO:

- a. Leitura do Relatório Final
- b. Discussão, na generalidade, do Relatório Final
- c. Votação, na generalidade, do Relatório Final
- d. Junção de declarações de voto

ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINAL

- 1. Caracterização do concelho
  - 1.1. Caracterização demográfica
  - 1.2. Caracterização educacional
  - 1.3. Caracterização social
  - 1.4. Caracterização económica
  - 1.5. Caracterização socioeconómica
  - 1.6. Enquadramento estratégico do concelho

Para a elaboração deste relatório, e para balizarmos o âmbito da comissão, deve ficar desde já uma referência aos temas fortes em cada uma das áreas tratadas:

- ❖ **Educacional** – Especial atenção à temática da formação profissional e formação universitária
- ❖ **Social** – Análise sucinta geral, uma vez que o desemprego merece tratamento diferenciado na análise socioeconómica
- ❖ **Económica** – Especial atenção à problemática da têxtil e ao recrutamento de mão-de-obra com formação
- ❖ **Socioeconómica** – especial atenção ao desemprego

## CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

### Caracterização Demográfica do concelho de Vila Nova de Famalicão

De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Vila Nova de Famalicão deverá ser, hoje, o 18º maior concelho do país em termos populacionais.

Numa análise mais cuidada, podemos verificar hoje que o país tem a sua população concentrada em três grandes áreas metropolitanas: Lisboa, Porto e Braga (Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos)

Quadro 1- População por concelhos

Concelho	População
Braga	181.585
Guimarães	156.807
Vila Nova de Famalicão	131.970
Gondomar	165.602
Maia	133.616
Matosinhos	174.283
Porto	247.560
Vila Nova de Gaia	299.122
Santa Maria da Feira	137.294
Amadora	172.350
Cascais	202.096
Lisboa	554.227
Loures	202.261
Oeiras	168.348
Sintra	368.289
Vila Franca de Xira	133.943
Almada	172.703
Seixal	153.502

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Fonte: INE

É de realçar o facto de o concelho de Vila Nova de Famalicão ter, neste momento mais população que a grande maioria das capitais de distrito do país, como sejam:

Quadro 2 – População por concelhos

Concelho	População
Viana do Castelo	86.368
Vila Real	53.938
Bragança	35.913
Aveiro	81.275
Leiria	125.315
Viseu	99.780
Guarda	41.905
Castelo Branco	55.587
Setúbal	118.566
Portalegre	25.258
Évora	57.791
Beja	35.774
Santarém	63.533
Faro	64.893
Funchal	123.077

Fonte: INE

Esta realidade mostra-nos um concelho com muita importância no contexto nacional, em especial num momento da nossa vida colectiva em que as questões demográficas são, provavelmente o principal motor de desenvolvimento das regiões.

Este dado é tanto mais relevante quanto devemos deter-nos no que estava referido no anterior relatório de Análise da Situação Socioeconómica na Área do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Nesse relatório estava referido que a previsão da população do concelho a mais longo prazo (2020) apontava para um valor na ordem dos 135.000 habitantes. Em 2011, ao contrário do que era previsto pelo INE, para o ano de 2009 (onze anos antes) esse valor não foi ainda atingido, apesar de se ter verificado um crescimento.

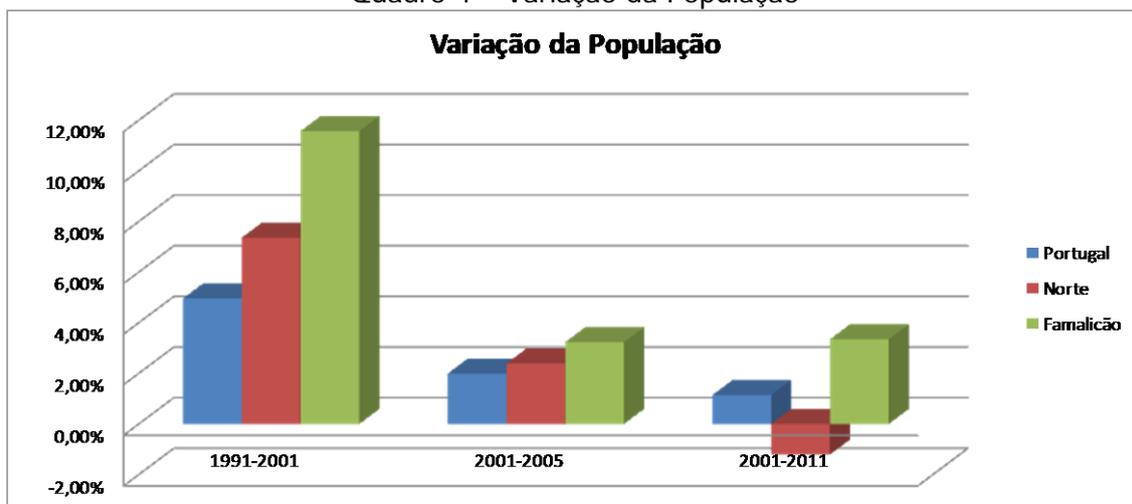
**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

**Quadro 3 – População Residente**

	1991	2001	1991-2001	2005 (estimativa)	2001-2005	2011	2001-2011
Portugal	9.867.157	10.356.117	4,96%	10.561.842	1,99%	10.476.291	1,14%
Norte	3.434.500	3.687.212	7,36%	3.775.300	2,39%	3.641.412	-1,21%
Famalicão	114.338	127.567	11,57%	131.690	3,23%	131.970	3,34%

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

**Quadro 4 – Variação da População**



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

**Quadro 5 – Área e Densidade Populacional**

	Área	Densidade populacional
Vila Nova de Famalicão	201,7 Km <sup>2</sup>	652,9 hab/Km <sup>2</sup>
Vila Nova de Famalicão	201,7 Km <sup>2</sup>	669,5 hab/Km <sup>2</sup>

Fonte: INE (ano 2008)

Apesar desta constatação sobre o crescimento da população concelhia, há uma realidade que tem de ser observada com cuidado, mas que reflecte a realidade do país – a população residente tem vindo a envelhecer de uma forma acelerada.

**Quadro 6 – População Residente por classes etárias**

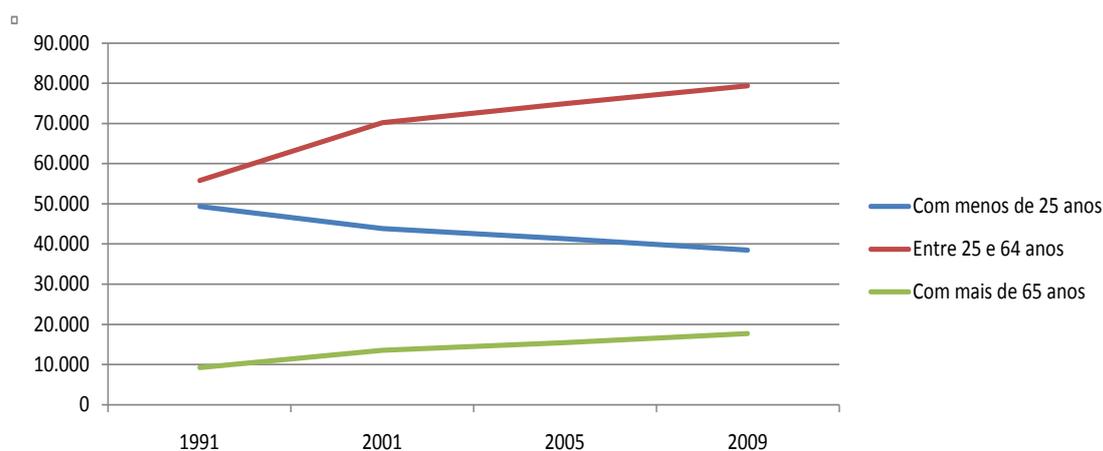
	1991	2001	1991-2001	2005	2001-2005	2009	2005-2009
Com menos de 25 anos	49.347	43.831	-11,18%	41.318	-5,73%	38.471	-6,89%
Entre 25 e 64 anos	55.781	70.201	25,85%	74.896	6,69%	79.362	5,96%
Com mais de 65 anos	9.210	13.535	46,96%	15.476	14,34%	17.703	14,39%

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Contudo, se atentarmos no gráfico abaixo, chegamos à conclusão que, estando o concelho a envelhecer (crianças e jovens decrescem e idosos aumentam), verificamos também que a população activa tem crescido no concelho.

Esta constatação leva-nos a concluir que o concelho tem conseguido captar população. Este facto tem diversas causas, das quais podemos destacar a atractividade do tecido empresarial (já que é a faixa etária da população activa que contribui para o crescimento da população total do concelho), de uma excelente localização geográfica aliada à existência de uma estrutura rodo-ferroviária, facilitadora da mobilidade, bem como de um conjunto de equipamentos e serviços. Contudo, se nos detivermos nos índices de reposição da população, nomeadamente através dos índices de natalidade, verificamos que a população não é repostada pelo crescimento natural, de forma sustentada para as próximas gerações.

Quadro 7 – População Residente por classes etárias



Como complemento a esta análise, devemos ainda verificar a evolução dos seguintes indicadores:

Quadro 8 – Natalidade e Mortalidade

Descrição	2004	2009
Nados vivos	1.449	1.259
Óbitos	801	858
Taxa de Natalidade (permilagem)	11,1	8,9
Taxa de Mortalidade (permilagem)	6,1	6,4
Taxa de Nupcialidade (permilagem)	5,5	4,2
Taxa de Divórcio (permilagem)	1,7	2,4

Fonte: INE (ano 2009)

A análise do quadro acima, e acima de tudo, o significado da análise comparativa com os dados de 2004 demonstra bem o que foi sendo dito até agora.

O concelho de Vila Nova de Famalicão está a sofrer uma mutação na sua estrutura demográfica, mas também, por ventura, na sua estrutura social.

Estes dados vêm, no fundo, corroborar a análise empírica que vamos, todos nós, fazendo no nosso dia-a-dia.

Os dados mais significativos para esta análise serão os da nupcialidade e do divórcio. Se em 2004 havia, em 31% dos casamentos realizados, divórcio, já em 2009 esse valor sobe para 57% dos casamentos realizados.

A dinâmica de urbanidade e de abandono da ruralidade que tinha vindo a caracterizar o concelho tem-se mantido, e até acentuado. A este nível, mantêm-se a estrutura enunciada no anterior relatório, em que das 49 freguesias, 18 são Áreas Mediamente Urbanas e 31 Áreas Predominantemente Urbanas. Ou seja, o concelho já não integra áreas predominantemente rurais. O carácter predominantemente urbano do concelho advém da sua estrutura económica baseada na indústria transformadora.

Relativamente à matéria das migrações intermunicipais, e a todas a informações acima verificadas não contemplam na íntegra o resultado do Censos 2011, uma vez que no momento em que este relatório é elaborado, apenas conhecemos informação preliminar sobre a população, não nos sendo ainda disponibilizada informação suficiente para fazermos uma análise completa.

À análise feita acima, devemos juntar mais um conjunto de indicadores que nos transportam para uma nova dimensão na abordagem das questões sociais.

Nesta secção faremos referência a alguns dados que, aliados aos dados acima referidos, nos dão uma noção da grande mudança no modo de vida a que estamos a assistir. Com o decréscimo dos casamentos e com o acréscimo dos divórcios, ganha cada vez mais importância a família monoparental.

Os nascimentos fora do casamento representam já cerca de 20% do total de nascimentos no concelho. Em contrapartida, apesar de não haver disponíveis números sobre o concelho, mas apenas sobre o país, o número de nascimentos de mães adolescentes diminuiu cerca de 37% desde 2001.

## Caracterização Educacional

À semelhança do que aconteceu na análise socioeconómica elaborada em 2006, a caracterização educacional do concelho de Vila Nova de Famalicão foi elaborada tendo em conta todos os graus de ensino ministrados no concelho, o seu parque escolar e a disseminação do mesmo pelo concelho.

A comissão eventual de análise decidiu continuar com a abordagem à temática da educação por considerar que ela representa uma dos principais factores de análise das temáticas sociais do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Quadro 9 – Parque escolar do concelho

	2004/2005			2007/2008		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
Pré-escolar	50	36	86	49	30	79
1º ciclo ensino básico	70	5	75	67	5	72
2º ciclo ensino básico	8	3	11	8	3	11
3º ciclo ensino básico	11	3	14	11	3	14
Ensino profissional	0	4	4	0	4	4
Ensino universitário	0	2	2	0	2	2

Fonte: INE

A mudança de políticas, e de atribuição de competências sobre a gestão do parque escolar das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico tem alterado o panorama do parque escolar no concelho.

A proximidade do poder local às populações permite definir melhor as necessidades ao nível desse mesmo parque escolar.

Contudo, estando os agrupamentos verticais a agrupar diversos níveis de ensino, mas sendo a detenção dos parques escolares repartida por diversas entidades (Câmara e governo, sem contar com as escolas do sector privado e cooperativo que têm contratos com o estado e que integram os agrupamentos de escolas), torna mais difícil construir um modelo de desenvolvimento inter-agrupamento que permita aquilatar das reais necessidades que cada zona do concelho demonstra. Esta realidade subsiste, apesar de nos últimos anos, termo assistido a um investimento estatal no parque escolar, com a conseqüente modernização das estruturas, o que potencia esta articulação com os agentes descentrados da administração do estado que são os municípios.

O concelho de Vila Nova de Famalicão continua a possuir estabelecimentos de ensino em todos os graus de ensino. Comparativamente com a realidade do Norte e até do País, podemos dizer, sem sobra de dúvidas, que o concelho dispõe de uma situação bastante satisfatória, comparativamente com outros concelhos

Do anterior relatório ressaltava a fixação de uma meta ao nível das creches no concelho, que tinha sido fixada em 33% de cobertura das necessidades. Ora, essa foi uma meta atingida no ano de 2010, como era ambição do município. A este êxito, não é alheia a constituição do programa PARES, que permitiu a construção e modernização de equipamentos sociais, numa parceria entre o estado, a autarquia e as instituições de solidariedade social, que em muito beneficiou os famalicensees quanto ao objectivo acima enunciado.

Quanto aos restantes graus de ensino:

- Pré-escolar
- Básico
- Profissional
- Secundário
- Superior

O concelho evidencia taxas de cobertura bastante satisfatórias, como já acontecia aquando da elaboração do anterior relatório, pelo que, as preocupações passaram a centrar-se numa abordagem diferente, relativamente à problemática da educação – promoção da qualidade!

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Para fomentar a promoção da qualidade tem-se assistido a algumas mudanças estruturais no ensino que foram já objecto de análise no relatório anterior, e que neste relatório são alvo de actualização.

Elementos como o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino do concelho são um dos indicadores dessa evolução para a promoção da qualidade. No nosso concelho temos assistido a evolução no sentido da adopção do ensino normal, o que permite um maior acompanhamento dos alunos e melhores condições de ensino-aprendizagem.

**Quadro 10 – Regime lectivo**

	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Designação	Número de Estabelecimentos				
Normal	50	50	55	59	58
Duplo	20	16	11	7	5

Esta evolução no sentido da promoção da aprendizagem em regime normal leva, necessariamente, a que assistamos a um crescente apoio às crianças, nomeadamente ao nível da distribuição de refeições

**Quadro 11 – Alunos com serviço de refeições**

**REDE PÚBLICA**

alunos com serviço de refeições				Nº total alunos			
Ano lectivo	Pré-escolar		1º ciclo		Ano lectivo	Pré-escolar	1º ciclo
2005/2006	1.423	88%	2.185	31%	2005/2006	1.625	7.043
2006/2007	1.450	91%	2.885	41%	2006/2007	1.597	6.985
2007/2008	1.261	82%	2.987	43%	2007/2008	1.543	6.931
2008/2009	1.267	82%	3.459	52%	2008/2009	1.544	6.612
2009/2010	1.276	84%	3.534	55%	2009/2010	1.525	6.381
2010/2011	1.288	86%	3.552	58%	2010/2011	1.504	6.109

A evolução destes números é elucidativa do caminho percorrido, mas também do caminho ainda a percorrer.

Ao nível do ensino Pré-Escolar, considerando que existem aproximadamente 1600 alunos, a taxa de cobertura é de cerca de 86%, tendo-se assistido a uma estabilização do valor das refeições servidas aos alunos deste grau de ensino.

Quanto ao 1º ciclo, os 3.552 alunos com serviço de refeições, representam aproximadamente 58% do total dos alunos que frequentam este nível de ensino no concelho.

Esta realidade só tem sido possível porque o parque escolar do concelho tem sofrido uma alteração significativa nos últimos anos. Esta melhoria das condições nas escolas está também acompanhada por outro fenómeno, que não devemos, nem podemos, escamotear, que é o decréscimo da população jovem no Concelho e no País.

Este problema deve ser aqui colocado com bastante acuidade, uma vez que, dado o crescente envelhecimento da população, vamos começar a assistir ao esvaziamento de alguns estabelecimentos de ensino nas freguesias, com a conseqüente possibilidade de encerramento.

Este é um fenómeno que tem assolado o País é também pertinente no nosso concelho. O crescente investimento nas escolas, do ponto de vista de dotação de melhores condições físicas, está acompanhado de um decréscimo da população jovem. Esta realidade deve estar muito presente na construção do desenho futuro do parque escolar concelhio.

Esta problemática deve ser encarada sob duas perspectivas: i) uma com ênfase na transferência de alunos entre escolas do mesmo agrupamento (independentemente de estarem ou não na mesma freguesia), o que pode levar ao encerramento de escolas em algumas freguesias, e ii) outra ao nível da estrutura (escola) que fica devoluta.

A análise desta realidade não pode ser dissociada de uma outra realidade, ao nível social, que é o crescimento do número de idosos no concelho e a falta de estruturas para o seu acolhimento, independentemente do regime (matéria tratada noutra capítulo).

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Para completarmos a caracterização do estado do ensino no concelho de Vila Nova de Famalicão, não podemos deixar de analisar o nível de instrução da população.

O abandono escolar, ao nível da escolaridade obrigatória é hoje menor que noutros tempos. Contudo, subsistem duas situações que merecem que sobre elas se produza algum comentário e sobre elas recaia alguma preocupação.

Os dados estatísticos sobre escolaridade são disponibilizados a cada 10 anos, pelo que, tendo em conta esta situação, os dados que aqui podemos tratar não são mais do que o reafirmar do que já foi referido no relatório anterior.

O abandono escolar regista ainda uma taxa de 8% ao nível da escolaridade obrigatória. Contudo, cerca de 27% de jovens com idade compreendida entre os 18 e os 24 anos não concluíram a escolaridade obrigatória. Esta situação estará em parte condizente com o baixo nível de escolaridade da população, apesar da melhoria dos últimos anos: 54% da população concelhia possui escolaridade igual ou inferior ao 6º ano, quando em Portugal a taxa é de 47,6%.

Quadro 12 – População residente por nível de instrução

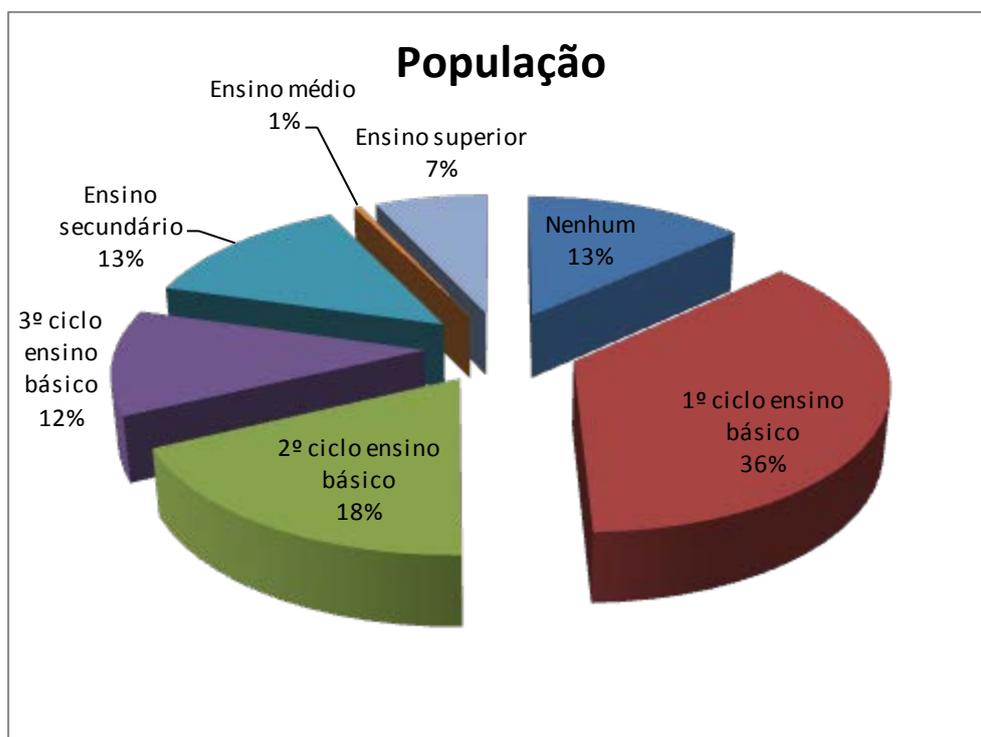
Nível ensino	População
Nenhum	17.018
Dos quais, analfabetos com 10 ou mais anos	7.470
1º ciclo ensino básico	46.308
2º ciclo ensino básico	23.252
3º ciclo ensino básico	14.798
Ensino secundário	16.873
Ensino médio	557
Ensino superior	8.761
	127.567

Fonte: INE (2001)

Com o acréscimo da população que o concelho teve, como reflectido acima, é expectável que o nível de qualificação tenha aumentado, contudo, apenas teremos essa confirmação aquando da realização do recenseamento de 2011.

Efectivamente, e se atentarmos no gráfico abaixo, constatamos que cerca de metade da população do concelho apenas possui até ao primeiro ciclo do ensino básico.

Quadro 13 – População por nível de instrução



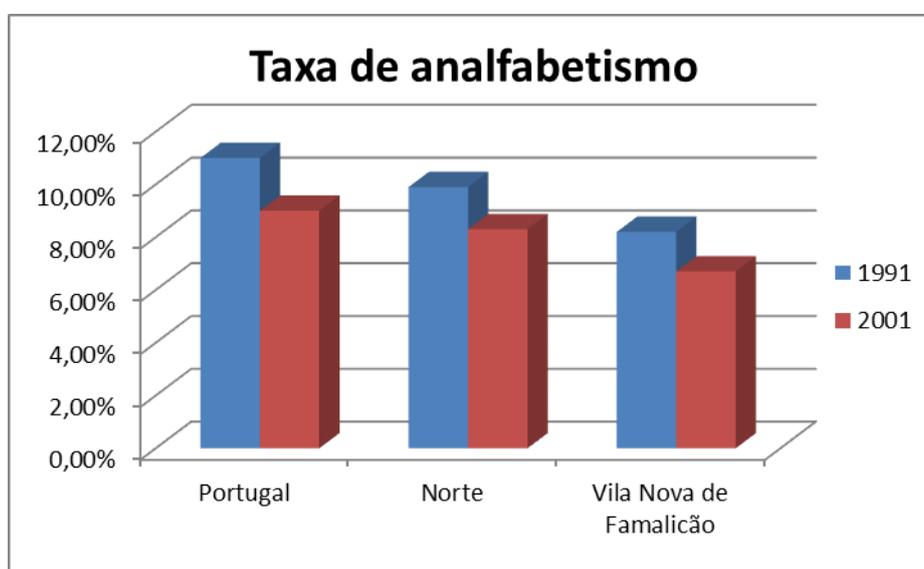
Como foi referido anteriormente, nesta matéria não há dados disponíveis para podermos, nesta altura, avaliar as mudanças acerca da escolarização da população que habita no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Resta-nos, portanto, e para que fique neste documento o registo, reproduzir o que estava referido na anterior análise da situação económico-financeira do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Quadro 14 - Taxa de analfabetismo

	1991	2001
Portugal	11,00%	9,00%
Norte	9,90%	8,30%
Vila Nova de Famalicão	8,20%	6,70%

Quadro 15 – Taxa de analfabetismo



Se aliarmos as taxas de analfabetismo ao número da população que apenas possui o 1º ciclo do ensino básico, teremos que cerca de 46% da população do concelho tem apenas formação académica até ao 4º ano de escolaridade (antiga 4ª classe). Mas se a este número juntarmos aqueles que possuem o 2º ciclo do ensino básico (6º ano de escolaridade), temos o expressivo número de dois terços da população (66%).

Este problema já foi identificado no relatório anterior, tendo, na altura, como agora, sido feitas várias referências à falta de qualificação académica mas, em contrapartida, uma grande qualificação profissional para as áreas de trabalho dessas pessoas.

Ora, acontece que a qualificação dessas pessoas fez-se em áreas que neste momento têm vindo a deixar de ser procuradas pelo tecido empresarial.

Daí, o recurso a novas formas de ultrapassar esta dependência, das actividades em que as pessoas se foram formando, através da aquisição de novas competências.

Esse tem sido um caminho bastante seguido pela população activa desempregada, e não só, através do programa Novas Oportunidades. Este programa, que tem a sua génese na certificação das competências daqueles que, não tendo formação académica, foram consolidando a sua formação profissional através do saber-fazer.

Esta adesão ao programa justifica muito do valor de frequência de ensino que nos diz que hoje há cerca de 20% de pessoas a mais a frequentar até ao 3º ciclo do ensino básico do que aquelas que seria expectável. Isto significa que há muitas pessoas que já se encontram fora da idade normal para frequência destes graus de ensino mas que voltaram a frequentá-lo.

Infelizmente, constatou-se que a motivação das pessoas para aderirem ao programa passou mais pela aquisição de um grau académico pela via do "saber-fazer" do que pela certificação das suas competências numa determinada áreas, uma vez que, no momento em que estavam a iniciar a sua certificação na área em que sempre tinham exercido a sua actividade, e onde verdadeiramente eram bons, foram confrontados com uma crise económico que lhe retirou o seu posto de trabalho – essencialmente nas actividades mais tradicionais na região, o têxtil – o que fez com que tivessem certificado as suas competências para um sector e para uma actividade que já não vão exercer.

Uma outra vertente deste problema é a capacidade de, para o futuro, conseguirmos minorar esta crónica falta de pessoas qualificadas em actividades intermédias.

É precisamente aqui que surge a formação profissional.

A aposta na formação profissional tem sido concelho uma aposta consistente. Como foi referido no anterior relatório, o concelho de Vila Nova de Famalicão estava, já naquela

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

altura no bom caminho para cumprir a meta de ter 50% dos alunos do ensino secundário a fazê-lo pela via profissionalizante.

Quadro 16 - Estabelecimentos de ensino com vertente profissional/profissionalizante

	Escola profissional	Escola Secundário com valência profissionalizante	Ensino superior com característica profissionalizante
2005/2006	4	5	2
2006/2007	4	5	2
2007/2008	4	5	2
2008/2009	4	5	2
2009/2010	4	6	2
2010/2011	4	6	2

Ora, no ano lectivo de 2007/2008 o rácio de frequência do ensino profissional em relação ao ensino regular é de, no total do público e do privado cerca de 30%.

Quadro 17 – Frequência do ensino profissional

	Total alunos		Ensino profissional	
	3º ciclo ensino básico	Ensino secundário	3º ciclo ensino básico	Ensino secundário
Público	3845	3173	0	553
Privado	2568	2441	33	909
Total		5614		1462

Esta realidade coloca-nos perante duas realidades que devem ser referidas. Uma primeira refere-se ao facto de que a principal aposta no ensino profissional tem sido feita pelas escolas privadas.

Estas escolas privadas têm feito um esforço no sentido de proporcionarem aos alunos uma alternativa no sistema de ensino para aqueles alunos que não se revêem no ensino regular.

A outra realidade que deve aqui ser considerada tem a ver com o crescente interesse do ensino público pela diversificação da oferta formativa, que passa por alargar a oferta profissional nas suas escolas.

Ao longo dos anos fomos assistindo à proliferação de escolas profissionais nascidas da necessidade das comunidades locais, mas que eram criadas em instalações fora dos perímetros escolares. Funcionavam, e funcionam, em instalações não escolares, mas adaptadas à função.

Esta circunstância de estratificarmos os alunos em “profissionais” ou “regulares” acaba por ajudar a uma imagem, que, sem querer, se foi criando, em desfavor daqueles que sugerem uma via profissionalizante.

A adesão da escola regular à formação com vertente profissionalizante é um passo muito importante para que os alunos adiram à formação profissional e a partir daí, se assim o desejarem, possam enveredar pela continuação da sua formação a nível do ensino superior, mas tendo uma formação de base profissional e não regular, que é aquela que é mais propensa para o acesso à universidade.

Esta questão da integração do ensino profissional nas escolas “regulares” tem também uma vertente de racionalização dos meios materiais, uma vez que, com a diminuição da população estudantil, há necessariamente libertação de espaço para acolher os alunos da vertente profissional e disponibilizar a estes alunos todo o potencial que as instalações (laboratórios e oficinas) podem proporcionar.

Contudo, o sucesso do ensino profissional, em Vila Nova de Famalicão, tem assentado em escolas de gestão privada e numa enorme partilha de informação entre as entidades que fazem parte da Rede Local de Formação. Esta partilha e a agilidade das escolas para responderem às necessidades de formação do tecido empresarial são a base do sucesso do ensino profissional. Ora, acontece que, com a crescente introdução da vertente profissional nas escolas “regulares”, e tendo presente que, sendo o modelo de gestão destas escolas menos flexível, isto poderá constituir um problema, a prazo, de adequabilidade do ensino às reais necessidades do tecido empresarial.

Uma outra vertente da afirmação do ensino profissional é a ligação ao mundo empresarial. Efectivamente, é no ensino profissional que a adequação entre a oferta e a procura de quadros qualificados é mais premente.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, como aliás já acontecia aquando da elaboração do anterior relatório de análise da situação económico-social, tem havido um esforço no sentido das escolas serem portadoras de informação sobre as necessidades de quadros que as empresas têm. Foi essa necessidade que fez congregar esforços no sentido da elaboração do guia de formação do concelho.

A interligação entre os diversos intervenientes, desde as escolas, passando pelas entidades, pelas empresas, pela Câmara Municipal e chegando aos alunos, último destinatário deste trabalho, deve ser aqui referenciada e valorizada, como um trabalho de extrema importância para os nossos jovens, mas também para as nossas empresas, sem deixar de fazer uma referência especial ao facto de desta forma vermos diversas entidades locais a cooperarem entre si.

A experiência iniciada pelos diversos actores na área da formação profissional, e já relatado em anterior ocasião, deve aqui voltar a ser referida, e valorizada, pela criação de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas na formação profissional – CRVCC. Estes centros, criados por iniciativa do poder central e com a parceria da Câmara Municipal, são fundamentais, uma vez que são eles que irão certificar a aquisição das competências ao longo da vida ou através da frequência de acções de formação.

Este tipo de centros certificadores das competências adquiridas é de extrema importância para que todos aqueles que, tendo exercido uma profissão, se vêem agora relegados para uma situação de desemprego, como já foi referido anteriormente, pela referência aos cursos denominados Novas Oportunidades.

Devemos aqui, mais uma vez, fazer referência à necessidade de incentivar a sensibilização dos potenciais interessados em participar nestas formações. Neste capítulo, reveste-se de particular importância a criação da Comissão Concelhia das Novas Oportunidades, como elemento potenciador, para os famalicenses, da oferta

formativa existente no concelho. Mas igualmente importante é o papel das Juntas de Freguesia como elos de ligação à comunidade local. A divulgação das oportunidades de formação é um papel muito importante que as Juntas de Freguesia devem assumir, tanto ao nível das Novas Oportunidades como da formação de base de carácter profissional.

Uma última referência ao ensino profissional vai para as questões relacionadas com a desadequação dos cursos propostos e as necessidades do tecido empresarial local. Com efeito, da audição efectuada a várias entidades, constatamos que, apesar de existir uma tentativa de adequação dos cursos a ministrar e as necessidades das empresas, esta articulação apresenta, ainda, uma falha que urge resolver, para que a oferta formativa possa estar ainda mais adequada às necessidades dos alunos e das empresas que necessitam, cada vez mais, de mão-de-obra qualificada.

Esta questão leva-nos a ter de aqui fazer uma referência ao Plano Tecnológico da Educação. Este plano, que visava dotar as nossas escolas de meios tecnológicos capazes de proporcionar maior qualidade de acesso a informação, bem como maior facilidade de transmissão de conhecimentos aos alunos, pela via das tecnologias, tem-se deparado com algumas dificuldades de implementação. Essas dificuldades advêm muito, de acordo com o que esta comissão auscultou, da desadequação entre meios técnicos colocados à disposição dos professores, e a formação ministrada e esses mesmos professores. Mas advêm ainda de alguma falta de predisposição dos mesmos para poderem explorar/maximizar as potencialidades que os meios tecnológicos colocados à disposição poderiam proporcionar.

Uma outra vertente analisada pela Comissão foi o ensino superior em Vila Nova de Famalicão.

Desde a realização do anterior relatório, o ensino superior em Vila Nova de Famalicão não sofreu muitas alterações, mesmo no facto de o concelho não dispor de ensino superior público, como seria expectável, por força da existência do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Esta é uma realidade que está sempre presente quando se aborda esta problemática, mas cuja resolução, dependendo do poder central e da autonomia do próprio instituto, não tem sido de fácil resolução, até porque a evolução demográfica tem aconselhado alguma prudência ao nível de investimentos em edificado que sirva o propósito da criação de ensino superior público em Vila Nova de Famalicão, mas também ao nível dos cursos a leccionar, dada a oferta formativa que o concelho possui num raio de 50 km.

Fora esta questão, o ensino superior está perfeitamente implantado no concelho e direcciona a sua formação, que sendo também ela de cariz profissional, uma vez que está a preparar quadros directamente para o mercado de trabalho, para activos, empregados ou desempregados, mas também para população em idade estudantil ou como formação posterior.

A este propósito, merece aqui uma referência especial ao que já tinha sido referido no anterior relatório e que é o fenómeno do acesso ao ensino superior através da via “maiores de 23 anos”.

Quadro 18 – Percentagem de alunos que acedem ao ensino superior pela via “maiores de 23 anos”

	Maiores de 23 anos
Portugal	12,80%
Norte	11,40%
Vila Nova de Famalicão	15,60%

O concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta índices de acesso ao ensino superior pela via “maiores de 23 anos” bastante superiores à média nacional, mas também à média do Norte de Portugal. A este facto não será, certamente, alheia a proximidade do ensino superior.

Numa região, como a nossa, densamente povoada, mas também com índices de instrução relativamente baixos, em que as pessoas estão na vida activa, mas têm possibilidade de enriquecer o seu curriculum académico, a proximidade de uma

instituição de ensino superior com o ensino direccionado para as necessidades das pessoas, é bastante apelativo, o que leva a população a enveredar por esta via para adquirir mais formação e competências nas suas áreas de trabalho.

Um outro fenómeno poderá também estar a acontecer. O desemprego e a extinção de algumas empresas em áreas tradicionais e a instalação de outras de novas áreas, pode ser um factor que leva a que algumas pessoas enveredem por esta via para fazerem uma requalificação para outras áreas de trabalho, ou até enriquecerem as suas áreas de origem, acrescentando algo mais à formação de base que já possuem.

Este pode ser o factor competitivo adicional que fará com que estejam melhor preparadas para responderem às necessidades do mercado.

O concelho tem, em si mesmo, um factor competitivo de enorme potencial e que deve ser valorizado (como se verá no ponto "caracterização económica") e que é a sua apetência para a exportação.

Ora, é aqui que os quadros que existem no concelho, mas também na região, e que, fruto de muitos anos a trabalhar no sector têxtil, essencialmente, possuem competências ao nível do conhecimento do exterior, podem ser valorizados e potenciados para qualquer sector de actividade que tenha uma componente exportadora relevante.

O papel do ensino superior é fundamental para que, através de uma transmissão de novas competências, possa ajudar essas pessoas, mas também as empresas de novos sectores de actividade, com vocação exportadora, possam usufruir dessas competências para prosperarem no mundo empresarial cada vez mais globalizado.

Esta questão é tanto mais importante quanto, como já foi referido no relatório anterior, a diversificação do ensino ministrado pode contribuir para que o concelho possa criar factores diferenciadores no seu tecido empresarial.

Interessante, porque diz bem da mutação a que estamos a assistir, é a Relação de feminilidade no ensino superior:

Quadro 19 – Relação de feminilidade no ensino superior

	Relação de feminilidade no ensino superior	
	Alunos Inscritos	Alunos diplomados
Portugal	53,40%	59,60%
Norte	53,70%	61,40%
Vila Nova de Famalicão	57,20%	72,60%

Fonte: INE

Como se pode verificar, e em relação ao ano lectivo 2007/2008, últimos dados disponíveis, verificamos que, relativamente aos habitantes do concelho, e não só relativamente ao ensino superior ministrado no concelho, o número de mulheres que frequentam o ensino superior é já maior do que o número de homens, ultrapassando mesmo, e por números significativos, a média nacional e do Norte.

Mas mais significativo, é o número de mulheres que acabam os seus estudos superiores, em comparação com os homens que o fazer. Este número é tanto mais significativo quanto a sua diferença para o resultado a nível nacional é significativa.

Uma outra realidade que merece aqui ser abordado, porque tem estado, nos tempos que correm, na ordem do dia, são as escolas do sector particular e cooperativo. Não devendo, nem querendo este relatório tecer qualquer opinião sobre o que tem estado em causa com a discussão, convém aqui deixar uma referência ao papel que estas instituições têm desempenhado no nosso concelho.

De facto, o concelho conta com duas instituições do ensino particular e cooperativo que ministram ensino do 3º ciclo e secundário, sendo ainda servido por mais duas escolas que, estando localizadas em concelhos vizinhos, servem as populações do nosso concelho.

O seu papel tem sido de extrema importância, porque têm respondido a carências das populações, tendo no seu seio crianças e jovens provenientes de famílias muitas vezes carenciadas, não fosse a sua localização primordial em zonas dependentes do sector têxtil, o que, dados os condicionalismos deste sector, diz bem das necessidades dessas populações.

Por estas e outras razões, estas devem ser escolas que devemos acompanhar, no sentido de proporcionar às populações o acesso ao ensino obrigatório e a qualificações de que tanto precisamos.

O trabalho desta comissão também abordou temas relacionados com a inovação. Esta abordagem foi feita de uma forma transversal, pelo que a iremos relatar em todas as áreas do relatório.

Quanto à temática da educação, enveredamos pela abordagem ao tema da “Cidade Educadora”.

Este tema é muito mais abrangente do que a questão educativa, apesar do nome “educadora”, e merece-nos aqui uma referência porque, estando muito ligado à “construção” da cidade e à vivência das pessoas nela, podendo ser encarada como, provavelmente, sendo melhor enquadrada numa vertente social, quisemos dar aqui referência, porque sendo a sua essência uma mudança na forma como nos relacionamos (todos), há necessidade de transmitirmos aos nossos filhos, pela via da educação, novos valores e novas preocupações para a vivência em sociedade.

Efectivamente, a “cidade educadora” é, acima de tudo, uma tentativa de partilha de responsabilidades com habitantes, mas também entre estes. Se, ao nível da educação básica das nossas crianças pudermos transmitir-lhes a apetência para encararem a vivência na cidade de uma forma mais harmoniosa, em que todos somos agentes de mudança da sociedade, mas também das pequenas realidades do nosso bairro, estaremos a construir uma cidade mais amiga do ambiente, e, acima de tudo, com relações humanas mais próximas.

## **Os nossos desafios**

- Reforçar a aposta no ensino profissional/profissionalizante e potenciar a sua divulgação;
- Contribuir para que a oferta de ensino profissional e regular possa ir ao encontro das expectativas e necessidades do tecido empresarial;
- Adequação da oferta formativa às expectativas dos alunos e seu enquadramento no mercado de trabalho;
- Sensibilização dos activos desempregados para a frequência de formação escolar e profissional;
- Potenciar a afirmação do Ensino Superior em Famalicão, consolidando a qualidade de ensino e também todas as outras valências em conjugação com a sociedade civil;
- Estruturar as instalações de ensino, tendo sempre presente a dinâmica populacional para uma correcta afectação de recursos;
- Promover, sempre que possível, parcerias entre os vários estabelecimentos de ensino, podendo, dessa forma, potenciar as infra-estruturas do parque escolar concelhio.
- Valorizar as experiências no contexto da educação informal, à luz do conceito de cidade educadora.

## **Caracterização Social**

O propósito de actualizar o relatório relativo à análise socioeconómica do concelho de Vila Nova de Famalicão vê-se confrontado, com especial ênfase nos temas sociais, com o momento que actualmente se vive, e que condiciona muito as questões sociais.

Esta condicionalismo não deve afastar-nos desse propósito, mas devemos, na medida do possível, tentar separar o que é estruturante, e que deve merecer um olhar de médio/longo prazo, do que é conjuntural, e que merecerá uma análise condicente com o momento, mas à qual não procuraremos aplicar princípios só aplicáveis a questões estruturais.

Numa primeira fase deste relatório, procuraremos olhar para a realidade estrutural das matérias sociais que afectam o concelho, bem como a forma como estão a tentar ser debeladas, quer por políticas locais, quer por políticas nacionais.

Numa segunda fase, e porque deve merecer o nosso olhar distanciado, mas preocupado, porque é um problema que afecta as populações neste momento, procuraremos caracterizar a abordagem a problemas prementes decorrentes da situação económica que o país e a região vivem.

À semelhança do que aconteceu no relatório de 2006, procuraremos olhar a questão do desemprego num capítulo à parte, podendo assim dar, neste capítulo, destaque a outros temas, que de outra forma poderiam ser minorados.

Se adoptarmos a metodologia anterior, para que quem pretenda fazer uma análise comparativa o possa fazer de uma forma mais facilitada, começaremos por analisar o movimento associativo do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Quadro 20 – Associações por área de actuação

Área de actuação	Nº Associações	
	2005	2010
Cultural	3	3
Desportiva	84	93
Culturais e Desportivas	13	12
Desportivas e Recreativas	20	41
Desportivas, Recreativas e culturais	24	11
Desportivas, Recreativas, Culturais e Sociais	5	4

Fonte: CMVNF

À semelhança do que acontecia em 2006, a estrutura associativa do concelho não sofreu grandes alterações. A esmagadora maioria das associações do concelho continuam a exercer a sua actividade na área desportiva e recreativa.

O eclecticismo das associações continua a ser uma realidade, procurando estas responder às diversas necessidades dos seus associados e não procurando a especialização numa única actividade, mas procurando, acima de tudo, poder responder aos anseios do maior número de pessoas possível, constituindo-se, assim, como um dos principais pólos de actividade cívica em cada freguesia do concelho.

Se alargarmos a análise às instituições de carácter social do concelho, verificamos que estas também não mudaram significativamente. Para podermos aprofundar a análise acima, efectuamos uma breve caracterização do universo das instituições de carácter social existentes no concelho.

Estas instituições abarcam um vasto leque de actividades e cobrem um conjunto de necessidades da população, pelo que são um instrumento essencial na constituição da rede social existente.

Quadro 21 - Instituições de carácter social

Instituições	Nº
IPSS's	43
Conferência S. Vicente de Paulo	20
Farmácias	27
Hospitais	2
Centros/extensões de saúde	14
Corporações de Bombeiros/Cruz Vermelha	4
Agrupamentos CNE	45
Nº de Bombeiros	485

Deste conjunto de instituições devemos destacar as IPSS's, porque sendo instituições que pretendem prestar auxílio às populações que servem, viram subir significativamente o seu número de 37 para 43 (sendo que destas uma ainda está em construção). Este aumento significativo é bem demonstrativo da capacidade de empreender dos famalicenses, e denota uma capacidade especial para empreender na área do terceiro sector (sector social). Esta é uma matéria a que voltaremos aquando da análise económica, porque se reveste de enorme importância.

Quanto às restantes instituições, permanecem sensivelmente os mesmos dados de 2006, pelo que não houve alterações dignas de referência, para além da abnegação que os famalicenses denotam quando se trata de estar presente nas questões sociais, especialmente numa época como a que vivemos.

O esforço de dotar o concelho de cuidados e apoios sociais, como tem sido sobejamente reconhecido, tem sido feito em conjunto, dentro da rede social, por todos os intervenientes, desde a Câmara Municipal, à Segurança Social, passando pelas diversas instituições cima referidas.

A rede social concelhia tem tido um importantíssimo papel de antecipação e acompanhamento da mutação das realidades sociais do concelho e de arquitectura de novas soluções para cada problema que surge no horizonte.

É desta forma que, no concelho de Vila Nova de Famalicão, apesar dos gravíssimos problemas ao nível social, tem sido possível colmatar, atempadamente, na medida do

que tem sido possível, esses mesmos problemas. Claro está que a rede social concelhia não faz tudo, não antecipa tudo, não soluciona tudo.

Como nos foi referido pelas entidades que auscultamos, a rede social, apesar de não solucionar todos os problemas, tem conseguido, com os esforços de todos, com especial destaque para as instituições do concelho, dar respostas às dificuldades que vão surgindo. Numa altura em que essas dificuldades se avolumam, torna-se cada vez mais visível o trabalho desenvolvido pelas instituições e pelos voluntários na tentativa de minimizar o sofrimento daqueles que mais necessitam de apoio da sociedade, sem nunca perdermos de vista, também, os problemas da subsidiodependência crónica que sempre existe nestas circunstâncias.

Numa época de evidentes problemas sociais, as acções concertadas, que envolvem vários intervenientes, cada um com a sua especificidade, têm ajudado sobremaneira a que estes problemas não tenham degenerado em convulsão social, porquanto eles têm sido colmatados pela actuação atempada daqueles que seguem os seguem.

Não quer isto dizer que os problemas não existam e que se tenham vindo a agravar, quer somente dizer que o trabalho em conjunto, que a atenção que cada um pode e deve dar a esta problemática, contribui para que possamos encontrar mais e melhores soluções para os problemas sociais, mas acima de tudo que as possamos encontrar atempadamente.

O movimento a que temos vindo a assistir de inversão da pirâmide da estrutura etária da população em Portugal e também em Famalicão, deve constituir um dos mais importantes elementos de caracterização social do concelho, dado que este movimento demográfico deve ser lido a vários anos de antecedência, devendo fazer com que possamos ajustar as políticas às necessidades das populações.

O índice de natalidade do concelho, reforçando o que é dito sobre a inversão da pirâmide demográfica, desceu de 11,1 por mil habitantes em 2004, para 8,9 nascimentos por cada mil habitantes no concelho (Quadro 8). Deve notar-se que a nível nacional a média é de 9,3 nados vivos por cada mil habitantes. Este valor é tanto

mais significativo se atentarmos no valor absoluto dos nados-vivos, que passou de 1449 em 2004 para 1210 em 2009.

Mais significativo, porque nos dá a percepção das mudanças ao nível da estrutura familiar, é o facto de em 2004 os nados-vivos fora do casamento corresponderem a cerca de 12%, já em 2009 esse valor sobe para cerca de 27%, tendo neste curto espaço de tempo, mais do que duplicado.

Esta mudança dá-se ao mesmo tempo em que diminuem também, não a nível local, porque não há estatísticas, mas pelo menos a nível nacional, e vamos assumir que Famalicão não será muito diferente, o número de nascimentos de mães menores. Portanto, este movimento é assumido pelas mães e pais para constituírem famílias monoparentais, com as consequências ao nível social (nomeadamente ao nível económico) que esta opção acarreta.

Efectivamente, as famílias monoparentais são, sob o ponto de vista económico, mais vulneráveis que as famílias multiparentais, pelo que esta é uma tendência que merece ser acompanhada para que, se necessário possa ser possível das respostas atempadas.

Falávamos em taxas de natalidade, mas não as podemos dissociar das taxas de mortalidade que, em 2004 se situavam 6,1 por mil habitantes, num total de 801 óbitos. Em 2009 esse valor teve um ligeiro acréscimo para 6,4 por cada mil habitantes, para 847 óbitos.

A preocupação que manifestávamos em 2006, quando dizíamos que a “aproximação das taxas de natalidade e óbito se estar a dar a um ritmo bastante acelerado” está, infelizmente a verificar-se. Por essa mesma razão é que verificamos que neste momento, a taxa de crescimento natural está já no valor de 0,3%.

Se nos detivermos agora na estrutura familiar do concelho, devemos começar por referir que existiam em 2004, em Famalicão, 37.805 núcleos familiares residentes e que actualmente existem 39.166 núcleos familiares residentes.

Continuando a perceber as mudanças no concelho, diremos que a taxa de nupcialidade no concelho, que era, em 2004, de 5,5 casamentos por cada mil habitantes, perfazendo um total de 715 casamentos era, em 2009, de 4,4 casamentos por cada mil habitantes, perfazendo assim 572 casamentos, sendo que destes, cerca de 61% são católicos. Se compararmos com o que acontecia em 2004, verificamos que os casamentos católicos diminuíram cerca de 17%, o mesmo valor que o total dos casamentos.

O papel da Igreja católica, apesar de assistirmos à diminuição do número de casamentos, é ainda extremamente importante, nomeadamente para assinalar, para acompanhar e para apontar pistas na resolução de alguns problemas, porque, embora tenha havido um trabalho ao nível social das diversas instituições, a Igreja Católica assume, na nossa cultura um papel relevante que não podemos ignorar.

A análise da constituição do núcleo familiar não ficaria completa sem que nos debruçássemos sobre a dissolução de famílias. Esta dissolução pode acontecer pela viuvez ou pelo divórcio. A taxa de divórcio situava-se, em 2004, em 1,7 divórcios por cada mil habitantes, perfazendo 226 divórcios. Contudo, as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística referem-nos o número de 641 casamentos dissolvidos em 2004. A desproporção entre os casamentos dissolvidos por divórcio e os que são dissolvidos dá-nos o valor das viuvezes existentes no concelho. Já em 2009, o número de casamentos dissolvidos foi de 797, sendo 470 dissolvidos por morte e os restantes 327 por divórcio, o que perfaz, no caso dos divórcios, um valor de cerca de 2,5 divórcios por cada mil habitantes.

Esta é uma realidade que, como já foi referido no relatório anterior, deve merecer a nossa atenção, porque acarreta atrás de si a questão da pobreza das famílias monoparentais.

Importante ajuda é a que é prestada pelas creches, que no concelho têm uma taxa de cobertura de cerca de 40%.

Como aconteceu aquando da constituição da anterior comissão, as questões relacionadas com a pobreza são de importância vital para a análise social do concelho,

mas, ao contrário do que aconteceu na anterior comissão, nesta comissão não pudemos fazer audição à Segurança Social, pelo que os valores relacionados com a pobreza não puderam ser validados, ou actualizados para o momento actual.

Contudo, após alguma recolha de dados junto de outras entidades, podemos verificar que as causas anteriormente enumeradas - famílias numerosas, doenças e desemprego - foram, nesta conjuntura agravadas com os problemas da crise, que se instalou em Portugal e na Europa.

Apesar de não termos conseguido actualizar os dados das pessoas acompanhadas pela Segurança Social, que à altura era de cerca de 5.100 pessoas, podemos, no entanto, fazer uma referência ao número de pessoas que usufruem do Rendimento Social de Inserção.

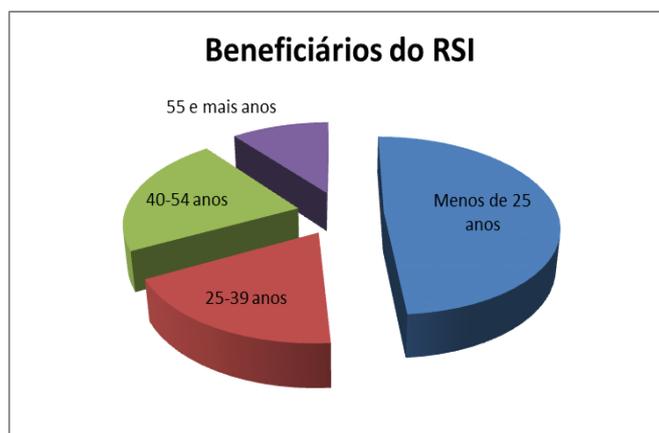
O Rendimento Social de Inserção, em Junho de 2006 registava 2.036 beneficiários e, no anterior relatório apontávamos para a possibilidade de crescimento, dado o cenário de aumento de desemprego que então era apontado. Assim, em 2009 de 4681 beneficiários, segundo as estatísticas do INE.

Ora, e introduzindo aqui aquilo a que chamamos parte dois do problema - a sazonalidade da crise - verificamos um aumento de cerca de 130% dos beneficiários em apenas dois anos e meio.



Mas, o que mais surpreende neste número de beneficiários é a distribuição etária dos mesmos.

Quadro 24 – Distribuição etária dos beneficiários do RSI



Na análise socioeconómica realizada em 2006, havia uma questão sensível e que naquela altura merecia uma referência especial – a imigração. Ora, a dinâmica social que caracteriza, actualmente, o nosso país e os países de origem dos imigrantes que naquela altura demandavam o nosso país, fez com que a grande maioria dos imigrantes tenha saído de Portugal e também do nosso concelho, e aqueles que por cá ficaram, fizeram, na sua generalidade uma plena integração, ao ponto de hoje esta temática já não constituir tema a ser abordado com a premência de outrora.

Contudo, este relatório deve fazer referência, mais uma vez à situação conjuntural, pelo menos nesta fase devemos encará-la como tal, para fazermos referência à emigração.

Este novo flagelo que tem assolado o nosso concelho com as pessoas que em situação de dificuldades económicas decidem procurar outros países para viverem deve merecer atenção, porquanto, em muitos casos, não há uma deslocação da família, como acontecia outrora, mas de jovens com formação que procuram noutros países o que o nosso país e porque não dizê-lo, o nosso concelho não pode oferecer, apesar de, como foi verificado na análise demográfica, o concelho ter crescido em população, com especial destaque para a população activa que deslocalizou de outros concelhos para o nosso concelho.

Uma outra vertente da análise social do concelho prende-se com a taxa de criminalidade. Para abordarmos esta temática, devemos enquadrar no momento em que vivemos.

As questões sociais que o país e a região vivem são um factor que poderá potenciar o aparecimento de fenómenos de exclusão e estes levarem a fenómenos de criminalidade.

Se compararmos com o que acontecia em 2006, verificamos que se mantém idêntica a taxa de criminalidade do concelho, apresentando apenas uma alteração significativa – ao nível do comportamento dos condutores. A condução sob o efeito de álcool com taxa de alcoolemia igual ou superior a 1,2g/l, que duplicou de 2006 para 2009 (últimos dados disponíveis) e a condução sem habilitação legal, que também regista uma duplicação de ocorrências, são os indicadores que mais sofrem alterações ao nível do comportamento que afecta a taxa de criminalidade no concelho, fazendo com que o número de crimes de 2006 para 2009 passasse de 25,4 crimes por cada mil habitantes para 26,7 crimes por cada mil habitantes.

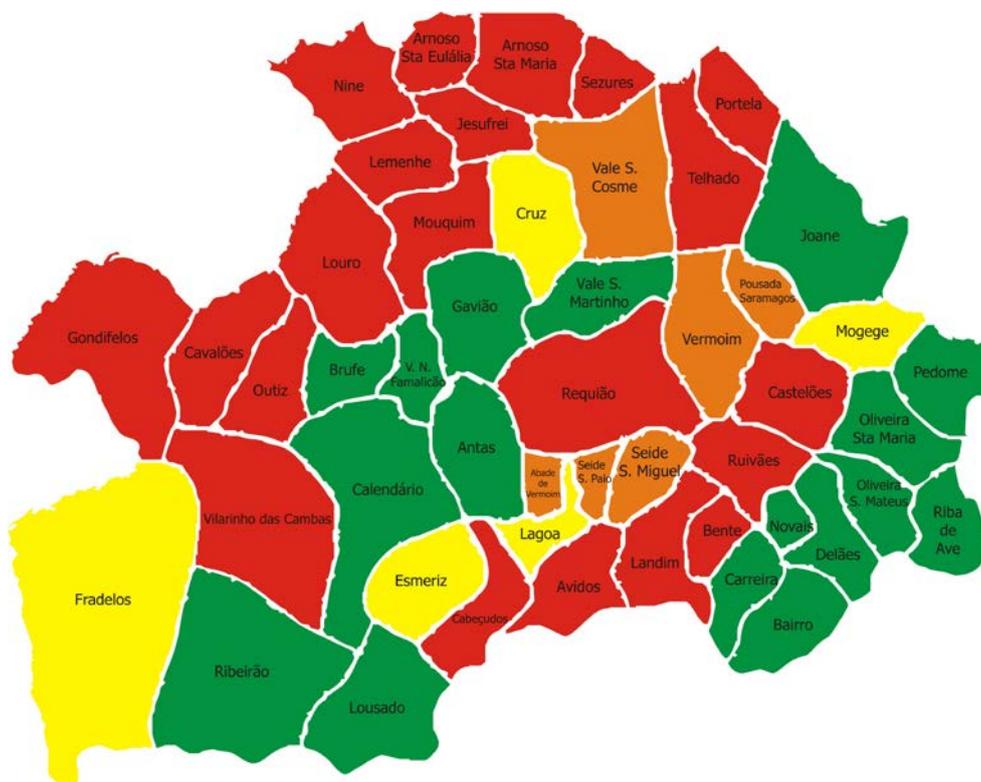
Do que aqui foi referido, constata-se que, pelo menos com os dados de que dispomos, os receios de que as debilidades sociais pudessem potenciar o aparecimento de criminalidade, não foi concretizado, uma vez que o item que mais alteração sofreu foi a condução sob o efeito do álcool, que não tem uma directa ligação às dificuldades económicas e sociais vividas, mas ao comportamento dos condutores. O que não deve deixar descansados relativamente a estas questões.

Outra questão social estruturante da nossa sociedade e da forma como está organizada, prende-se com a questão da saúde e da salubridade e da forma como estas afectam o desenvolvimento social das pessoas.

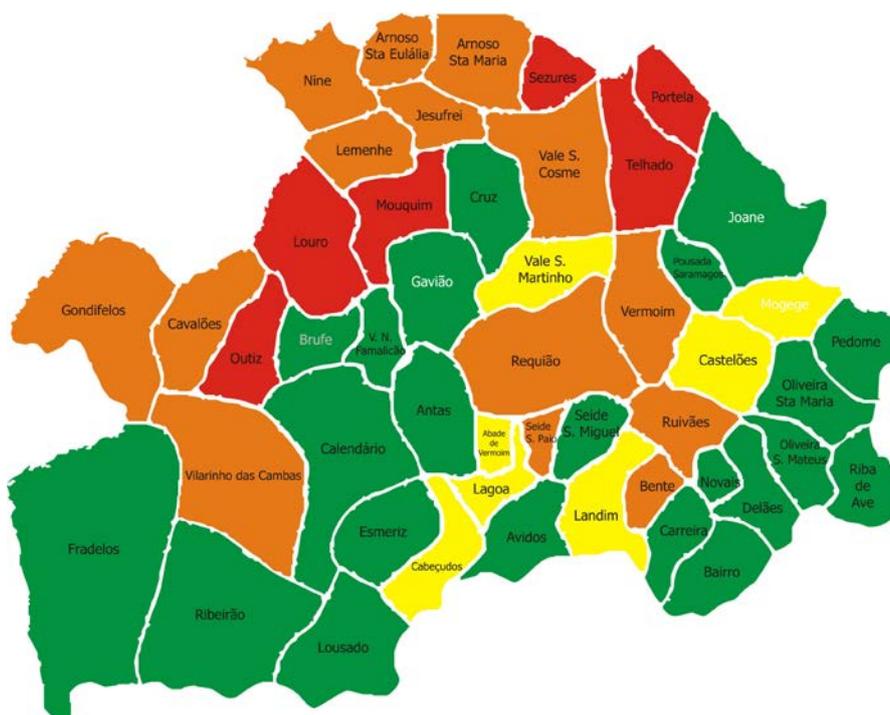
Antes de entrarmos na questão da saúde, devemos analisar a implantação das redes de saneamento básico e abastecimento de água existentes no concelho

COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Quadro 25 – cobertura da rede de saneamento no concelho – 2006

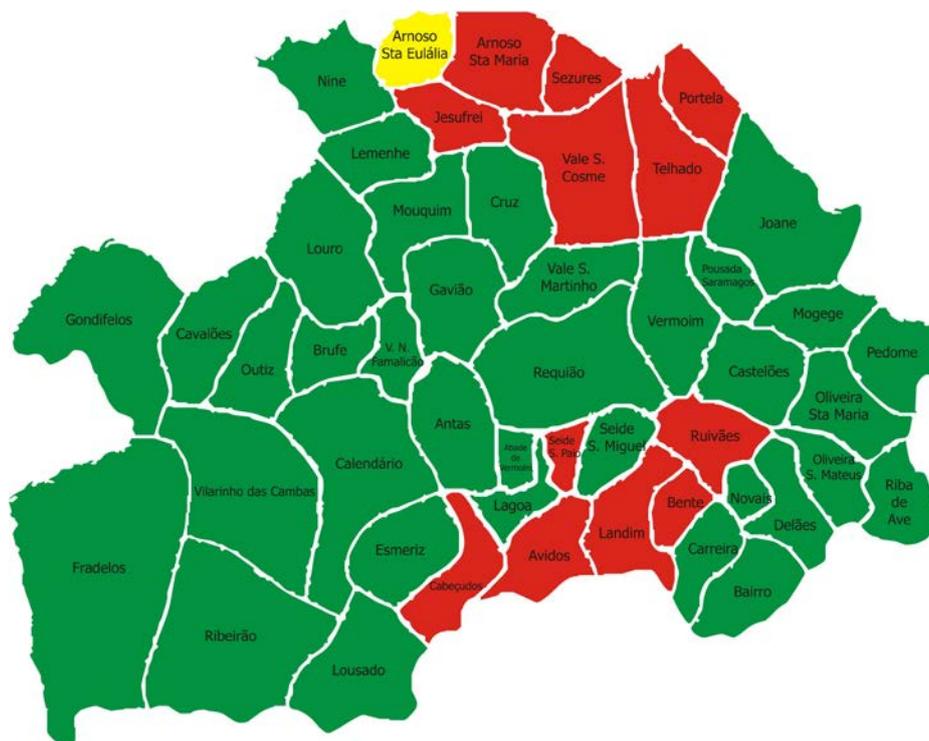


Quadro 26 – cobertura da rede de saneamento no concelho - 2010

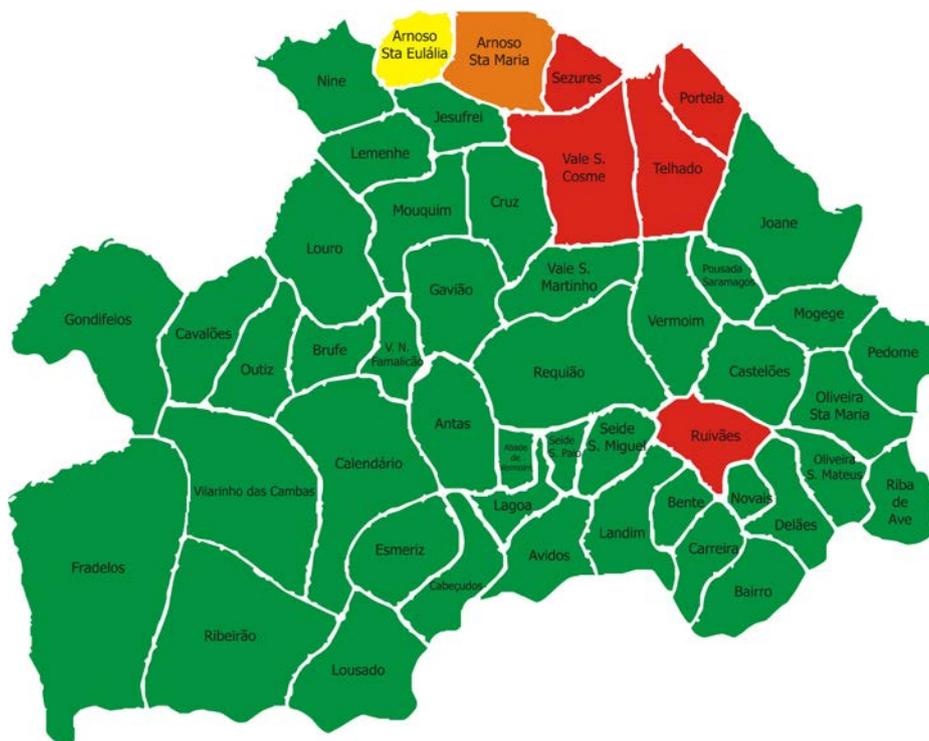


COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Quadro 27 – cobertura da rede de distribuição de água no concelho - 2006



Quadro 28 – cobertura da rede de distribuição de água no concelho - 2010



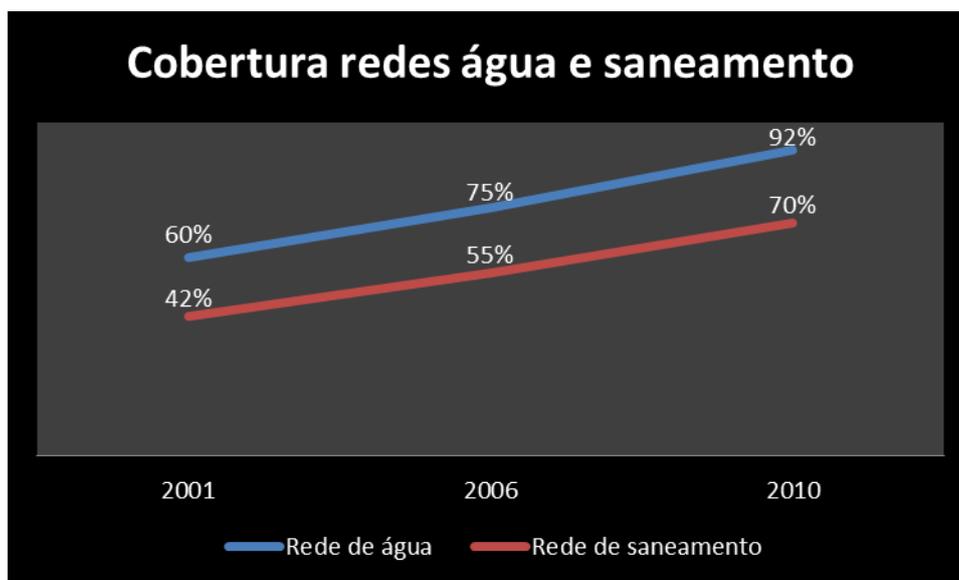
Legenda



Da análise dos quadros acima, combinado com a análise do gráfico abaixo, facilmente constatamos que a cobertura do concelho com uma rede de água e saneamento tem progredido a bom ritmo. A aposta do concelho na cobertura do concelho de redes de água e saneamento marcou, e marca um período.

Ora, quando analisamos o gráfico abaixo, constatamos que a cobertura do concelho por estas redes está quase concluída. Esta constatação leva-nos a encarar o futuro sob novas perspectivas. Face a esta realidade, os municípios terão, forçosamente de começar a preparar o seu futuro, mudando até o paradigma da gestão autárquica, se necessário, podendo esta passar de “construtora” para “prestadora de serviços”, deixando as infra-estruturas para passar a dar mais atenção às estruturas (sociais, culturais e económicas).

Quadro 29 – Evolução da cobertura das redes de água e saneamento



Fonte: INE

Este é um caminho que tem sido percorrido pela Europa, e que acompanha os movimentos migratórios do campo para a cidade. Este movimento e a crescente tendência para a fixação das populações em meio urbano, criam maior pressão para que os municípios sejam cada vez mais prestadores de serviços públicos às populações, logo que tenham conseguido satisfazer as suas necessidades básicas ao nível das mais precárias condições de conforto, passando assim os municípios de um

paradigma de investimentos autárquico em despesas de capital para investimento em despesas correntes.

Este movimento decorre das necessidades das populações, e ou teremos este efeito de apenas termos investimento corrente, ou teremos de mudar a forma como olhamos para a contabilidade das autarquias para, dentro das despesas correntes, podermos identificar aquelas que se referem a despesas de funcionamento da “máquina” autárquica e aquelas que dizem respeito ao investimento em acção social, em educação, em cultura, por exemplo.

Se analisarmos agora um conjunto de temas que ajudam a caracterizar o concelho ao nível social, devemos fazê-lo olhando para a realidade hoje, com aquela que era descrita em 2006, aquando da realização do anterior relatório.

Ao nível da saúde, Famalicão mantém os seus dois hospitais, tendo o hospital público passado a sua direcção para o concelho de Santo Tirso, mas mantendo as suas valências, aliás reforçadas pela remodelação das instalações aí verificadas.

Já quanto aos centros de saúde e às extensões dos mesmos, o concelho viu diminuir em uma as extensões de saúde existentes, passando a ter (INE 2008) 13 extensões. Comparativamente às 14 extensões de saúde acopladas ao único centro de saúde existente no concelho.

Essas unidades de saúde viram ser feitas, em 2007, 348.414 consultas, que comparam com as 311.456 consultas relatadas pelo INE em 2003.

Relativamente a médicos, o concelho passou de 1,2 médicos por cada mil habitantes em 2003 para 1,5 médicos por cada mil habitantes em 2008, mantendo o número de cerca de 0,2 farmácias por cada um dos mesmos mil habitantes, num total de 27 farmácias.

Apesar do número de consultas ter aumentado, com a diminuição de uma extensão do Centro de Saúde, verifica-se ainda um défice de médicos de família para as

necessidades da população do concelho, como já acontecia aquando da elaboração do anterior relatório.

Um problema que temos de continuar a ter em conta é a toxicodependência, mas também o alcoolismo. Estes dois flagelos são os principais responsáveis pelos casos de maior carência ao nível de apoio social. A desestruturação do indivíduo e da família nestes casos é extremamente difícil de colmatar.

A toxicodependência, continuando elevada, está, segundo os técnicos, dentro daquilo que seria expectável, dada a dimensão do concelho. Contudo, o trabalho que a este nível tem tido mais atenção, tem sido o apoio social, estando a prevenção num nível de actuação mais atrasado. Ou seja, no concelho, os recursos existentes estão mais vocacionados para o apoio pós-consumo do que pré-consumo.

De notar-se aqui que os problemas com o consumo de álcool têm maior incidência do que os de toxicodependência, pelos motivos já aduzidos no relatório anterior, e que se mantêm actuais, nomeadamente porque o consumo é mais tolerado pela sociedade, apesar de desencadear problemas de foro familiar, com a consequente desestruturação do lar, muito mais graves: violência familiar, pobreza, violência infantil, entre outros.

Estas famílias carecem de acompanhamento por parte da Segurança Social, nomeadamente ao nível de acompanhamento psicológico, e esse acompanhamento tem sido também feito pela Câmara Municipal.

Aliás, como já havia sido referido, uma das formas do município fazer face às necessidades das famílias é através da ajuda que possa prestar na habitação. A precariedade e/ou ausência de habitação são factores fundamentais para perpetuar no tempo a vulnerabilidade das famílias e do indivíduo.

Relativamente aos dados oficiais, apenas conheceremos a nova realidade do alojamento em barracas ou casas rudimentares no próximo Censos de 2011, que ainda não estão disponíveis na sua plenitude. Contudo, tem havido um esforço da autarquia

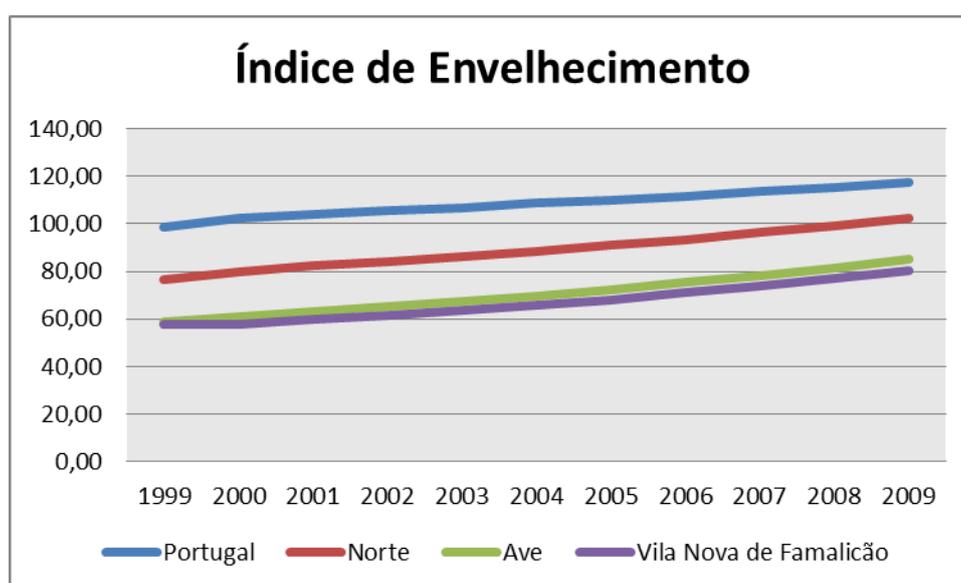
para erradicar o parque habitacional de barracas, consubstanciado no último realojamento das famílias de etnia cigana que estavam alojadas junto à estação de caminho-de-ferro de Vila Nova de Famalicão.

Neste contexto assume grande importância o programa de Apoio a Extractos Sociais Desfavorecidos – Pequenas Obras, porque, numa altura de crise como a que vivemos, permite às famílias recorrerem a ajuda camarária para poderem manter as suas habitações a níveis aceitáveis de conservação. Esta é uma questão importante, uma vez que se mantivermos as pessoas nas suas habitações, em locais de menor dimensão, não tendo a tentação de partir para aglomerados habitacionais (habitação social) de maior escala, estamos a limitar o problema do contágio. Esta é a forma mais correcta de lidar com a problemática da habitação de carácter social.

Uma última vertente da análise social que aqui efectuamos diz respeito aos idosos.

Devemos começar por fazer uma referência ao índice de envelhecimento do concelho que era em 2009, últimos dados disponíveis, de 80,5%, comparando com os 65,8% em 2004. Ou seja, por cada 100 jovens em idade escolar, existiam, em 2009, 80 idosos. Deve aqui fazer-se notar que o valor da EU25 aponta para 114 idosos por cada 100 jovens.

Quadro 30 – Evolução do índice de envelhecimento



Fonte: INE

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

---

O ritmo de crescimento da taxa de envelhecimento do concelho, apesar de o concelho estar abaixo da realidade nacional e mesmo da realidade local (Norte e Vale do Ave), é bastante preocupante.

Esta análise deve, como já havia sido referido no relatório anterior, fazer-nos reflectir sobre as condições que proporcionamos aos nossos idosos.

As infra-estruturas de acolhimento dos idosos, ao ritmo de crescimento que a taxa apresenta, são fundamentais para a prestação de cuidados sociais a esta população. Aos problemas do envelhecimento, devemos ainda relembrar as viuvezes, que em muitos casos “atiram” o cônjuge sobrevivente para situações de pobreza.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, a taxa de cobertura de lares de idosos era de 12,29% em 2008, o que compara com o valor de 7,9% em 2003.

Os centros de dia, tendo uma cobertura não uniforme por todo o concelho, apresentam as seguintes taxas em 2010:

CSIF	Taxa cobertura Centros de Dia
Abade de Vermoim, Ávidos, Bente, Lagoa, Landim, Seide (S. Miguel) e Seide (S. Paio)	0,75%
Bairro, Carreira, Delães, Novais e Ruivães	8,15%
Castelões, Oliveira (Sta Maria), Oliveira (S. Mateus), Pedome e Riba de Ave	8,88%
Cavalões, Gondifelos, Louro e Outiz	0%
Fradelos, Ribeirão e Vilarinho	3,68%
Cruz, Portela, Requião, Vale (S. Cosme), Vale (S. Martinho) e Telhado	2,39%
Brufe, Gavião e Vila Nova de Famalicão	4,48%
Antas e Calendário	2,42%
Jesufrei, Lemenhe, Mouquim, Nine, Arnoso (Sta Eulália), Arnoso (Sta Maria) e Sezures	1,32%
Cabeçudos, Esmeriz e Lousado	12,10%
Joane, Mogege, Pousada de Saramagos e Vermoim	6,42%

O crescimento do índice de envelhecimento pode também ser verificável com outros indicadores de protecção social, nomeadamente com as pensões. Em 2008 o total das pensões pagas aos beneficiários do concelho era de 32.985, que compara com um total de 27.574 pensionistas em 2004. Dos pensionistas, cerca de 12% corresponde a pensões de invalidez (4055 pensionistas - havendo aqui uma diminuição relativamente a 2004), 64% a pensões de velhice (20.975 pensionistas – maior subida com cerca de mais 4.500 pessoas do que 2004) e 24% a pensões de sobrevivência (7.955 pensionistas, que apesar do aumento, diminui em percentagem em relação a 2004). Estes dados são bem elucidativos da realidade do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Estes e outros dados devem levar-nos a pensar como podemos colmatar as debilidades ao nível do apoio a idosos. Numa altura em que a população estudantil tem diminuído e a população idosa tem aumentado significativamente, uma das questões que se coloca é a possibilidade de utilização de estruturas devolutas para poderem ser utilizadas para esta população. Como exemplo temos a possibilidade de utilização de escolas desactivadas para criação de centros de dia para idosos.

Apesar destas dificuldades, temos assistido, no concelho ao acompanhamento às pessoas idosas com a prestação de actividades de carácter lúdico – 2.700 pessoas idosas a fazer ginástica, hidroginástica, actividades lúdicas, tem contribuído para proporcionar um maior bem-estar aos idosos do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Esta prestação de actividades aos idosos está compreendida também no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Nova de Famalicão e tem uma vertente muito forte centrada na actuação ao nível das freguesias e em particular das suas Comissões Sociais Inter-Freguesias

A rede social existente em Vila Nova de Famalicão estabeleceu como princípios orientadores da sua actuação: ***participação, articulação, integração, subsidiariedade e inovação.***

Para cumprir os objectivos e os princípios orientadores da rede social assume um papel imprescindível as já referidas Comissões Sociais Inter-freguesias. Para o ano de 2010, estas são as principais áreas de preocupação e, conseqüentemente, de actuação das CSIF.

**Comissões Sociais Inter-Freguesias (problemáticas prioritárias):**

- **Idosos** (Abade de Vermoim, Ávidos, Bente, Lagoa, Landim, Seide (S. Miguel) e Seide (S. Paio));
- **Pobreza** (Bairro, Carreira, Delães, Novais e Ruivães);
- **Idosos/Pobreza** (Castelões, Oliveira (Sta Maria), Oliveira (S. Mateus), Pedome e Riba de Ave);
- **Pobreza** (Cavalões, Gondifelos, Louro e Outiz);
- **Desemprego** (Fradelos, Ribeirão e Vilarinho);
- **Idosos/Pobreza** (Cruz, Portela, Requião, Vale (S. Cosme), Vale (S. Martinho) e Telhado);
- **Toxicoddependência** (Brufe, Gavião e Vila Nova de Famalicão)
- **Pobreza** (Antas e Calendário);
- **Desemprego/idosos** (Jesufrei, Lemenhe, Mouquim, Nine, Arnoso (Sta Eulália), Arnoso (Sta Maria) e Sezures);
- **Idosos/Pobreza** (Cabeçudos, Esmeriz e Lousado);
- **Pobreza** (Joane, Mogege, Pousada de Saramagos e Vermoim).

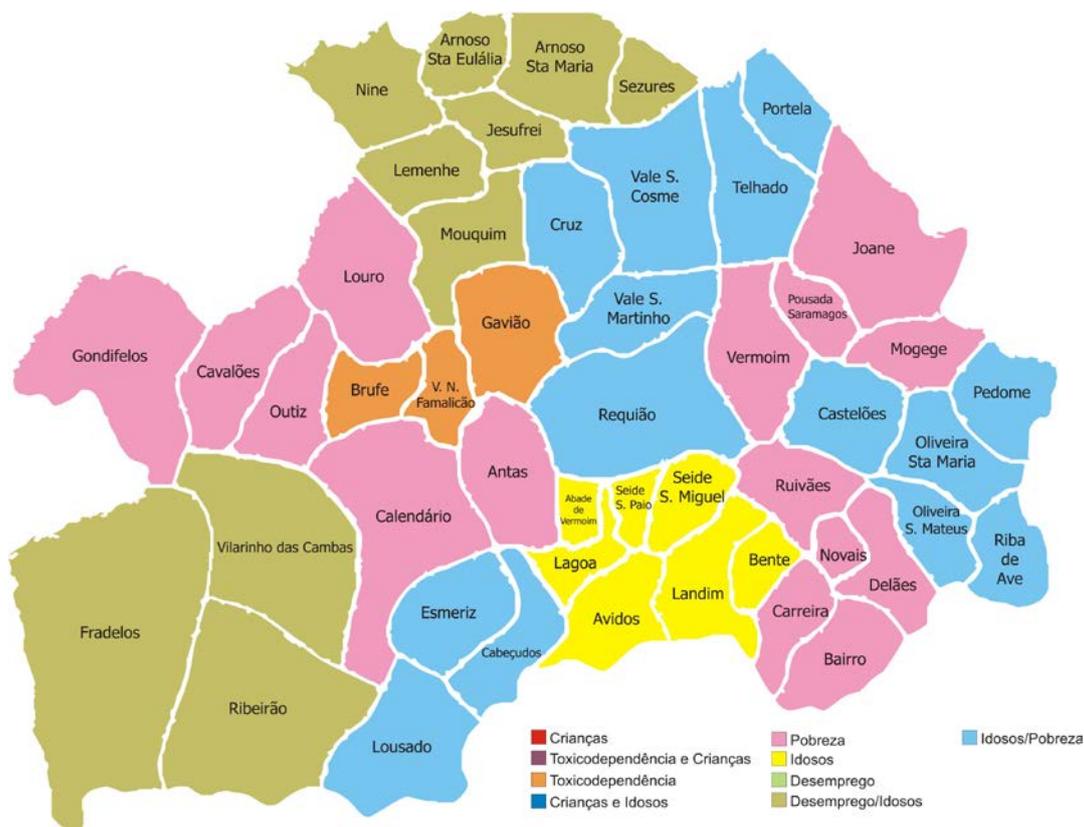
Fonte: Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Vila Nova de Famalicão 2009/2010

COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Quadro 31 – Áreas-problema identificadas pelas comissões inter-freguesias - 2006



Quadro 31 – Áreas-problema identificadas pelas comissões inter-freguesias - 2011



Agora que traçamos uma panorâmica geral sobre a estrutura do concelho, devemos fazer aqui uma breve análise à forma como a conjuntura que vivemos afecta o estado social do concelho.

Como se poderá constatar mais à frente, na análise do desemprego, a conjuntura actual deriva, em grande parte, do aumento do desemprego no concelho. Este aumento, associado à reformulação das prestações sociais, que estão expressas acima, quando nos referimos à Rendimento Social de Inserção, dão bem uma ideia sobre as dificuldades que as pessoas e as famílias estão a viver.

Esta realidade é tanto mais preocupante quanto, como foi referido, até final de 2009, cerca de 50% das pessoas que recebiam RSI eram jovens até aos 25 anos de idade. Muitos destes jovens e crianças usufruíam do RSI porque os pais eram também beneficiários do mesmo. Ora, com a alteração a este sistema, recai sobre a Câmara, como agente político de proximidade o ónus de responder às carências encontradas.

Mas neste propósito a Câmara, embora tenha um papel charneira, não está só. Conta com a Rede Social, que, porque já estava instituída no concelho e estava a funcionar bastante bem antes do surgimento da crise económica e, por conseguinte, social, está apta a minorar os impactos sofridos pelas populações, até mesmo aqueles pessoas que caíram em situação de desemprego.

Para implementar esse combate, surgiram, entretanto, as Lojas Sociais. Estas Lojas têm por função receberem géneros, roupa ou outros bens que lhe sejam doados para que depois possam ser encaminhados para as pessoas/famílias sinalizadas no concelho.

O Concelho de Vila Nova de Famalicão possui já cinco lojas sociais (Famalicão (duas), Joane, Delães e Landim), estando em fase de implementação a sexta loja (Oliveira S. Mateus).

Não podíamos deixar de fazer uma referência, nesta vertente social, à questão do voluntariado. Num período da nossa vida colectiva em que o individualismo parece

imperar, nunca é demais realçar a as actividades de voluntariado que existem um pouco por todo o concelho. Estas acções são transversais a todas as classes etárias e a todas as condições económicas, mas interessa-nos aqui deixar uma especial referência para as acções de voluntariado desenvolvidas por agrupamentos de jovens que, ao arrepio da tendência geral que a sociedade tem acerca dos jovens de hoje, dão uma cabal demonstração de entrega às causas sociais e à partilha de experiências, a bem dos mais carenciados e desprotegidos da sociedade.

São precisamente os jovens que nos transmitem novas formas de abordar as questões sociais, e que são abordados mais à frente neste relatório, e que nos trazem para novas realidades e novas formas de encarar as questões sociais, quer seja através da promoção do marketing social, quer seja através das questões relacionadas com o voluntariado jovem.

## **Os nossos desafios**

- Equilíbrio do sistema urbano, com as preocupações ao nível dos movimentos migratórios dentro de concelho (aumento do tecido urbano) e redesenho do mapa de ajudas de carácter social de acordo com essas mudanças;
- Acompanhamento das mudanças estruturais na sociedade, fruto das alterações na estrutura familiar, que poderá potenciar fenómenos de empobrecimento social e/ou económico;
- Exclusão social – com atenção especial para os problemas de alcoolismo e toxicodependência;
- Prevenção de fenómenos de exclusão social com o combate à pobreza económico-social e cultural, designadamente ao nível infanto-juvenil
- Orientar as preocupações infra-estruturais, a médio e longo prazo, por força das alterações demográficas, para a problemática da terceira idade;
- Apostar na valorização das actividades sociais, via implementação de um marketing social arrojado, envolvendo o terceiro sector e o voluntariado;

## Caracterização Económica

O concelho de Vila Nova de Famalicão tem sido conhecido como sendo um concelho de mono indústria. Esta percepção tem sofrido alterações ao longo dos anos, tendo hoje o concelho um conjunto variado de actividades em todas as actividades económicas.

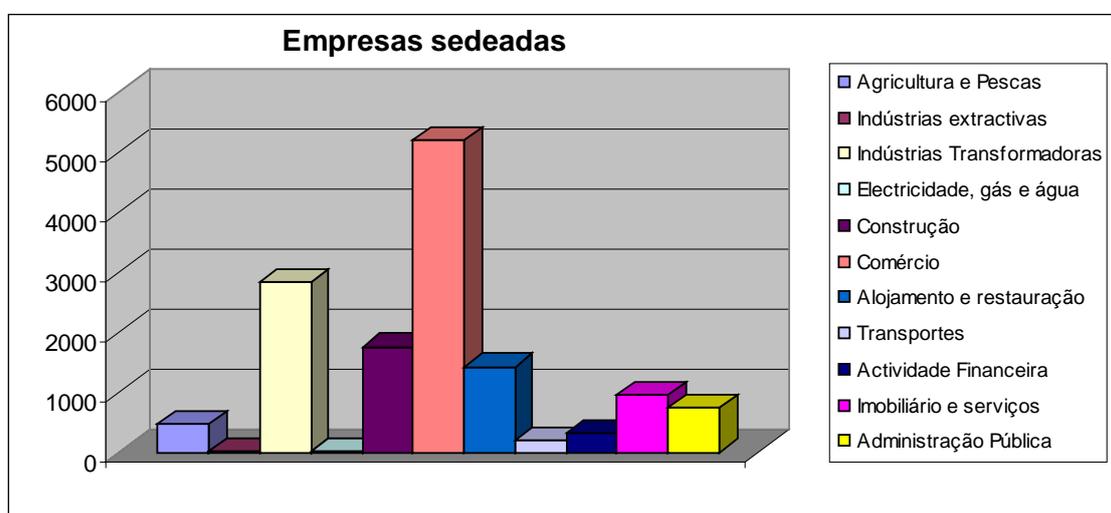
Em 2005, o concelho de Vila Nova de Famalicão possuía cerca de 14.000 empresas. Destas empresas, existia um número significativo de empresas comerciais (comércio por grosso e a retalho), mas também um número significativo de empresas da indústria transformadora.

Quadro 32 – Actividade económica

Actividade	Nº empresas	%
Agricultura e Pescas	474	3,40%
Indústrias extractivas	6	0,04%
Indústrias Transformadoras	2831	20,33%
Electricidade, gás e água	12	0,09%
Construção	1756	12,61%
Comércio	5195	37,31%
Alojamento e restauração	1424	10,23%
Transportes	199	1,43%
Actividade Financeira	328	2,36%
Imobiliário e serviços	957	6,87%
Administração Pública	741	5,32%

Vila Nova de Famalicão possui um total de 13.932 empresas sedeadas. Dessas empresas, 37% pertencem ao comércio por grosso e a retalho. Se a estas empresas juntarmos os 20% das empresas ligadas à indústria transformadora, entre as quais se inserem as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco e a indústria têxtil, teremos cerca de 60% das empresas sedeadas no concelho dedicadas a estas actividades económicas. Contudo, apesar da preponderância destas actividades económicas, o concelho tem indústrias em todos os tipos de actividade.

Quadro 33 – Empresas sedeadas



Um facto relevante da estrutura empresarial do concelho é-nos revelado pela circunstância de, das 13.932 empresas, apenas 4.384 serem sociedades. Esta dá-nos a dimensão da existência de cerca de 9.500 empresários individuais. É precisamente este facto que justifica o grande número de micro empresas no concelho, bem assim como nos dá a informação acerca do carácter empreendedor dos habitantes do concelho.

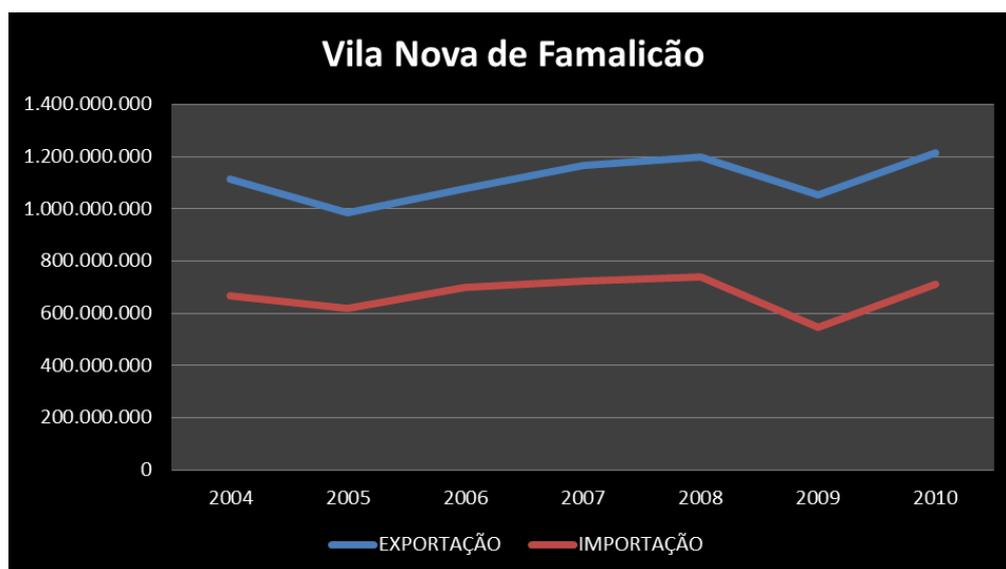
Um outro dado refere-se ao número de pessoas que trabalham no nosso concelho. Das 64.043 pessoas que em 2001 estavam economicamente activas e empregadas, cerca de 75% trabalhavam em empresas sedeadas no concelho, trabalhando as restantes 25% das pessoas em empresas não sedeadas no concelho, mas que aqui tinham uma unidade industrial ou de prestação de serviços.

Uma outra variável importante na caracterização do tecido empresarial do concelho reside na sua capacidade exportadora. A terminologia “exportadora” irá aqui surgir como sinónimo de vendas para o exterior, quer seja intracomunitário, quer seja extracomunitário.

Em 2004 a taxa de cobertura das importações pelas exportações para o concelho de Vila Nova de Famalicão, era de 167%. Ou seja, Famalicão exportava 67% mais do que importava.

Já em 2010, essa taxa aumentou para 171%, ou seja, a região viu aumentar a sua percentagem de exportações, comparativamente às importações de bens que fez do exterior.

Quadro 34 – Trocas comerciais



Fonte: INE, 2010 – Trocas comerciais por região

Contudo, mantém-se a tendência para as empresas da região e do concelho exportarem para a união europeia, sendo que neste caso, o valor mantém-se sensivelmente no mesmo patamar dos 85% das saídas de bens produzidos por empresas do concelho serem para a UE.

A manutenção desta tendência superavitária do concelho, apesar da alteração da estrutura empresarial e da alteração do tipo de indústria, é um claro sinal da visão do tecido empresarial do concelho que tem sabido manter a sua competência

exportadora, como forma de potenciar a sustentabilidade do concelho para aqueles que escolheram viver nele.

A alteração da estrutura dirigente nas empresas e nos empreendedores tem também reflexo ao nível das condições de vida das populações. Se é certo que há algum impacto, esse impacto é, por vezes muito ténue, mas contudo dá-nos uma indicação do caminho que está a ser seguido.

O ganho médio mensal por trabalhador ter sofrido uma evolução constante ao longo dos anos, com um acréscimo mais significativo nos anos de 2007 e 2008.

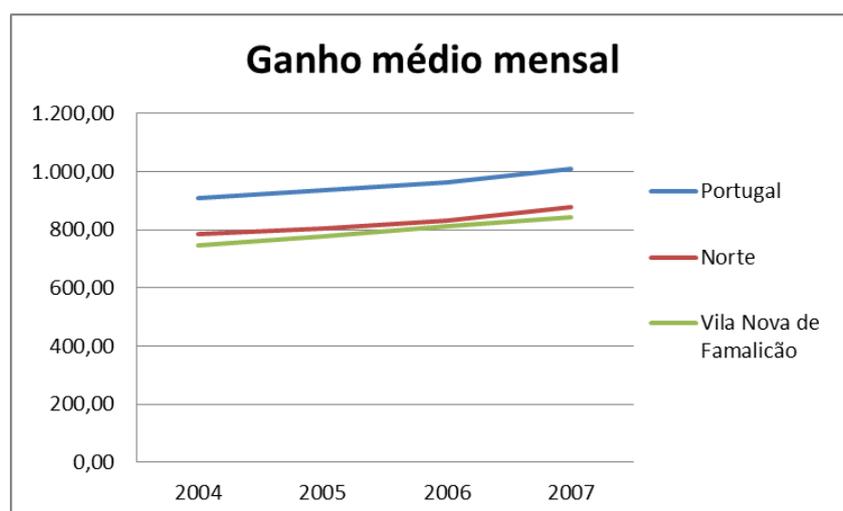
Quadro 35 – Ganho médio mensal

	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	877,50	907,20	934,00	963,30	1.008,00
Norte	751,70	785,20	805,70	832,60	877,30
Vila Nova de Famalicão	721,80	747,60	776,50	812,10	842,90

Fonte: INE 2009

Com efeito, como podemos verificar pelo gráfico abaixo, tem havido ao longo dos últimos anos um crescimento do ganho mensal.

Quadro 36 – evolução do ganho médio mensal



Fonte: INE 2009

Este acréscimo é fruto de ganhos de produtividade que temos assistido na nossa economia, mas também de maior equidade na aproximação de rendimentos entre os vários níveis de formação.

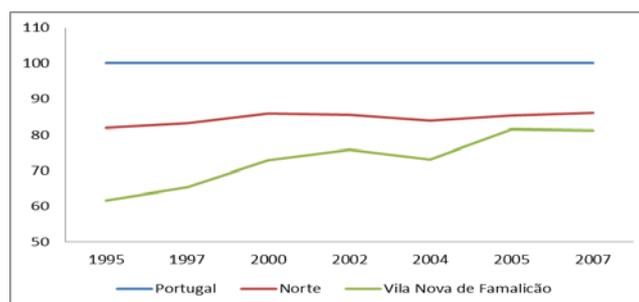
Em 2004, o nível de formação mais elevado proporcionava uma remuneração mais elevada, em comparação com os níveis de formação mais baixos em cerca de 38,8%. Já em 2008, segundo os dados do INE, esse acréscimo foi reduzido para cerca de 35,6%.

Esta diminuição do diferencial de remuneração não terá tanto a ver com a diminuição da remuneração de quem tem maior formação escolar, mas terá muito a ver com a formação profissional que tem sido ministrada àqueles que, não tendo formação académica, buscaram na formação profissional uma valorização para as suas competências.

Acontece que, em muitas circunstâncias, as expectativas criadas àqueles que buscavam formação, não foram correspondidas por essa mesma formação. Quer seja pela desadequação da formação às necessidades do mercado de trabalho, já anteriormente referida, quer seja pela busca de formação indiferenciada que não proporcionou a certificação de competências, mas tão só a atribuição de um grau académico, que se verificou não ter aplicabilidade na vida activa de quem procurava essa formação para completar a sua vivência profissional.

Esta temática leva-nos à abordagem do poder de compra dos famalicenses, por quanto a conjugação destas várias circunstâncias tem implicações ao nível do comportamento e da expectativa de melhoria do poder de compra.

Quadro 37 - Índice do poder de compra



Fonte: INE 2007 – Estudo sobre o poder de compra concelho

Com efeito, em 2004, dos 308 concelhos que compõem o país, apenas 27 registam valores do Indicador de Poder de Compra *Per Capita* superiores à média nacional. Já em 2007 (últimos dados disponíveis), o número de concelhos com poder de compra superior à média nacional era já de 39. Este acréscimo de 44% é significativo porquanto representa uma melhoria significativa na qualidade de vida dos portugueses.

Mas, à semelhança do que acontecia então, a quase totalidade destes 39 concelhos possui centros urbanos com mais de 10.000 habitantes, confirmando a ideia de que é nas maiores aglomerações urbanas que se registam níveis mais elevados de poder de compra.

A realidade famalicense, independentemente da realidade dos centros urbanos, apresenta, como se pode inferir do gráfico acima, uma melhoria contínua, com uma linha que tem tendência a aproximar-se da média nacional. No todo nacional, o concelho de Vila Nova de Famalicão representa 1,028%. Ou seja, o concelho concorre com aquela percentagem para o poder de compra total de Portugal. Esta percentagem coloca o concelho no 23º lugar entre os 308 municípios.

Esta melhoria do nível de vida dos famalicenses foi também conseguida pelo abandono da mono indústria que caracterizou o concelho durante muitos anos.

Efectivamente, a crise que afectou, nos anos 90, o sector têxtil, mas também a abolição de protecção à entrada de produtos têxteis na União Europeia, verificada em 2005, criaram a expectativa que o sector iria acabar no concelho e no país. No anterior relatório esta problemática estava explícita, tendo sido aí referido que *"Do que neste momento é possível perspectivar, é convicção dos intervenientes nesta actividade que entre 2008 e 2010 poderá haver uma inversão da situação actual e que, nessa altura, possamos assistir ao aumento das exportações. Contudo, esta inversão no decréscimo das exportações só ocorrerá se os nossos empresários e demais entidades que directa ou indirectamente, estiverem ligadas ao sector, forem capazes de alterar o modelo de negócio. Esta alteração do modelo de negócio é o factor chave para o futuro do sector*

---

*em Portugal e em particular no concelho de Vila Nova de Famalicão. Esta alteração passa por:*

- *Possuir marca;*
- *Controlar rede de distribuição;*
- *Estar presente no mercado também com prestação de serviço e não só com o produto em singelo;*
- *Trabalhar produtos mais dependentes da grande influência da moda;*
- *Trabalhar produtos dependentes de mais curta relação de proximidade;*
- *Trabalhar produtos de maior valor acrescentado, bastante dependentes da qualificação dos quadros das empresas;*
- *Apostar nas multi-colecções;*
- *Valorização do que já se faz na região e em Famalicão - subcontratação qualificada;*
- *Aposta significativa no design.”*

Como é visível, a expectativa dos operadores no mercado do sector têxtil era fundada e assistimos hoje, fruto do trabalho e da visão dos agentes económicos no sector têxtil, a uma recuperação das exportações deste sector. Contudo, como então era referido, já não à custa de produção intensiva, mas também indiferenciada, mas sim à custa de uma maior especialização, de uma maior componente tecnológica nos produtos têxteis, mas também de uma maior aposta no *design* e na marca.

Esta realidade é também aplicável a um outro sector – o calçado. Este tem sido um sector que tem seguido caminho idêntico, pela aposta em factores diferenciadores, que acrescentem valor aos produtos que aqui são fabricados.

O caminho trilhado até aqui pelos agentes económicos dos “ditos sectores tradicionais”, deve servir para que possamos olhar para a mudança, também aqui, do paradigma de alicerce da actividade económica.

Com efeito, começando nos sectores tradicionais e acabando nos novos sectores de actividade, temos verificado, também no nosso concelho, que o modelo de mão-de-obra intensiva, está a ser paulatinamente substituído por um modelo de competitividade pela inovação e diferenciação. Só seguindo e aprofundando este

caminho é que o concelho conseguirá afirmar-se num mundo cada vez mais competitivo.

Num momento como o que vivemos, iniciado com a crise internacional, mas que também evidenciou as debilidades nacionais, só a via do acréscimo de valor é aquela que permitirá que o país e o concelho possam criar riqueza.

Neste contexto, a via da exportação é aquela que melhor serve os interesses nacionais e, também, os regionais. Ora, para que consigamos enveredar por este caminho, é fundamental, como aqui já foi referido, a formação.

Esta formação, já tratada anteriormente, deve ser aqui enfatizada, uma vez que ela é o suporte do crescimento, em qualidade, do nosso tecido empresarial. E quando falamos em formação, estamos também, e num certo sentido, a falar de formação de topo. Da formação dos nossos empresários.

Neste aspecto, e porque é uma matéria de extrema importância, devemos aqui fazer referência a duas realidades bem distintas. Uma primeira refere-se à qualidade dos nossos empreendedores. Famalicão possui um conjunto de empresários / empreendedores, que são uma enorme mais-valia para o concelho. São pessoas que, não tendo aversão ao risco, são capazes de empreender, de levar a bom porto os seus projectos/propósitos. Ora, esses empreendedores têm de ter como suporte gestores. Pessoas que sejam qualificadas para ajudarem aqueles que querem empreender, que pela força da sua capacidade, não estarão tão vocacionados para a gestão diária das empresas, mas que querem exteriorizar a sua visão, a sua capacidade de criar algo.

Acontece que, este é um entrave à melhoria do nosso tecido empresarial, porquanto, a dimensão das nossas empresas não permite ao empreendedor acalentar a esperança de poder contratar um gestor para o libertar para as tarefas de criação, de empreendedorismo.

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Quadro 38 – Empresas por escalão de pessoal

	Total		Menos de 10 pessoas		10 - 49 pessoas		50 - 249 pessoas		250 e mais pessoas	
<b>Portugal</b>	1.101.681	100,00%	1.051.195	95,4%	43.443	4%	6.124	0,56%	919	0,08%
<b>Norte</b>	356.739	32,38%	337.270	94,5%	16.837	5%	2.371	0,66%	261	0,07%
<b>Vila Nova de Famalicão</b>	12.123	1,10%	11.272	93,0%	721	6%	111	0,92%	19	0,16%

Fonte: INE 2010

Daqui resulta claro que a aposta na formação para a gestão dos nossos empresários é fundamental para a melhoria da qualidade dos nossos activos mais preciosos – os empreendedores.

A constante referência feita pelas entidades ouvidas pela comissão à necessidade de apoiar estes empreendedores é, hoje, muito direccionada para acções neste âmbito – a formação dos empresários. Se bem que, o apoio do município à instalação de empreendedores, com especial destaque para jovens empreendedores é um elemento fundamental para a melhoria a diversificação do nosso tecido empresarial.

Como é perceptível pelo análise do quadro acima, num concelho, e num país em que a esmagadora maioria das empresas possui menos de 10 pessoas a trabalhar (em Famalicão 93% das empresas têm menos de 10 trabalhadores), é fundamental a formação dos quadros de topo/empresários.

Mas a questão da formação não é/foi importante só para os quadros de topo, como também é fundamental para a requalificação de quadros que, originários do sector têxtil, tiveram/têm de procurar emprego noutras actividades.

Com efeito, quer seja pela “reconversão” de mão-de-obra, quer seja pela entrada de novas pessoas na vida activa, o concelho tem vindo, progressivamente, a assistir a uma maior diversificação dos sectores de actividade mais predominantes no concelho. Esses sectores já não se restringem a actividades tradicionais, mas o concelho de Vila Nova de Famalicão conta já com um conjunto de empresas bem colocadas na escala da qualidade de produção nacional, chegando mesmo a ser referência nos seus sectores de actividade. Essas empresas estão disseminadas por um vasto leque de

actividades, passando pelo sector têxtil, tanto clássico quanto técnico; pela indústria da borracha; pelas telecomunicações; pela metalomecânica, quer em bruto, quer de precisão; pela óptica; pela indústria de plásticos, nos mais diversos ramos e abastecendo o mais diverso leque de sectores de actividade; pelo calçado; pela saúde; pela agra indústria, com especial destaque para a indústria de carnes, como veremos mais adiante.

Neste contexto assume importância capital o facto de as pessoas que foram libertadas pelo sector têxtil possuírem know-how em matérias relacionadas com as exportações, que puderam aplicar a outros sectores para onde foram trabalhar.

Esta readaptação das pessoas aos novos sectores em desenvolvimento e ao abandono dos seus sectores tradicionais poderá ser um factor potenciador da criação de sinergias entre as empresas, mas também entre estas e os centros de competências existentes em Vila Nova de Famalicão e na região.

O facto das pessoas terem de se deslocar entre actividades e de verem a sua actividade não restrita às “quatro paredes” da sua empresa, pode, e deve, potenciar o incremento das relações de troca de experiências entre as empresas e destas com os centros de excelência que existem na nossa sociedade.

Um desses sectores, como já foi referido, foi o sector das carnes. Este é um sector que tem ganho uma importância cada vez maior no concelho de Vila Nova de Famalicão e conta já (dados de 2007, últimos dados disponibilizados pelo INE), juntamente com as restantes indústrias alimentares, com 140 empresas.

Mas este é também um sector que se debate com as debilidades relativas à afirmação dos seus produtos. Concentrando o concelho de Vila Nova de Famalicão cerca de 60% das empresas do sector das carnes, com especial destaque para as carnes frescas, é cada vez mais importante estarmos atentos ao que se passa no sector e quais as suas principais debilidades.

Como já vem sendo referido, o sector das carnes conseguiu integrar, de forma gradual, mão-de-obra reconvertida de outros sectores, mas conseguiu também formar

a sua própria mão-de-obra. Esta capacidade de adaptação da mão-de-obra existente no concelho, aliada à capacidade empreendedora dos nossos agentes económicos, fez florescer, no concelho de Vila Nova de Famalicão, uma indústria que hoje se afirma no país como um pólo de excelência.

O fenómeno de crescimento das indústrias da carne em Vila Nova de Famalicão, embora tenha os seus alicerces bem construídos em algumas indústrias de referência, conseguiu, ao longo dos tempos, criar novos actores neste sector de actividade, potenciando a criação de maior valor acrescentado nestas indústrias e potenciando também a criação de novos quadros, com qualificações cada vez maiores, contribuindo assim para chegarmos hoje a um ponto de não retorno.

Mais ainda, contribuindo para um ponto de viragem na criação de um cluster, que sendo instalado numa região, é hoje um cluster nacional.

É precisamente esta afirmação de uma região e de uma indústria que fazem com que o sector sinta necessidade de ir mais além.

Com efeito, uma reclamação constante por parte dos agentes económicos tem sido a instalação de um Centro Tecnológico das Carnes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Este seria, de facto, um importante salto na afirmação desta indústria no todo nacional e também a nível internacional, onde a Espanha assume um papel preponderante.

Contudo, como noutros sectores, observamos que ao nível do intercâmbio empresarial, existem ainda muitas debilidades.

A instalação de um Centro Tecnológico das Carnes só fará sentido, segundo os nossos interlocutores, se conseguir polarizar à sua volta as competências nacionais nesta área. Com efeito, dada a dimensão do país, a instalação de uma estrutura com estas características fará todo o sentido se ela assumir uma posição de charneiras na afirmação das indústrias agro-alimentares (carne) a nível nacional, mas também se for

possível, a partir desta estrutura, desenvolver capacidade de trabalho em conjunto entre as várias empresas, no sentido de se caminhar para a internacionalização.

É que neste sector, como noutros que têm uma presença significativa no concelho, o maior valor acrescentado está ligado à distribuição e não à produção.

Mas neste, como noutros casos, a dimensão para se poder encarar esta questão da distribuição passa muito pela dimensão das unidades industriais, e este problema só poderá ser resolvido por crescimento das próprias unidades, ou então, pela associação que permita ganhar dimensão e encarar novos desafios para o sector.

A criação de marcas *umbrella* pode aqui ser encarada como uma solução para diversos operadores poderem estar noutros mercados em conjugação com parceiros locais no negócio.

Contudo, a análise da economia empresarial no concelho de Vila Nova de Famalicão não estaria completa sem que nos debruçássemos agora sobre o comércio, sector que representa para o concelho cerca de 3.250 empresas. Neste sector, não ouve muita evolução desde o relatório anterior – expurgado o efeito crise económica actual – pelo que as referências então feitas se mantêm actuais.

Com efeito, os constrangimentos do sector são vários, desde a concorrência das grandes superfícies até à afirmação do comércio de proximidade que, não raras vezes é encarado pelos empresários de forma desarticulada, não contribuindo, em nada, para a firmação do sector como um todo.

A concentração de actividade em grandes superfícies comerciais deveria provocar nos pequenos comerciantes um sentido de urgência que o levasse a criarem, em união, formas de potenciar os seus negócios, afirmando o comércio “de rua”. Ora, tal tem sido extremamente difícil, quer porque, por exemplo, para que um estabelecimento possa estar aberto à hora do almoço, necessita de 4 trabalhadores, quer porque a dispersão é maior e isso provoca constrangimentos ao nível das estruturas urbanas.

Com efeito, a gestão dos centros urbanos do concelho tem sido uma preocupação, mas ainda, segundo as entidades ouvidas, falta muito caminho a percorrer no sentido de afirmar esses centros urbanos. Caminho esse a ser desenvolvido tanto pelas entidades quanto pelos agentes económicos locais que poderiam, e deveriam, segundo as entidades locais que ouvimos, contribuir para uma articulação entre eles no sentido de potenciarem o que Famalicão tem para oferecer a quem frequenta os nossos centros urbanos, criando um verdadeiro “centro comercial a céu aberto”, tanto para quem vive no concelho como para quem visita o concelho.

Por isso mesmo, impõe-se agora uma referência ao sector do Turismo (gastronómico, museológico, religioso, cultural e patrimonial).

Não sendo Vila Nova de Famalicão um destino de turismo de massas, como já estava referido no anterior relatório, o concelho tem feito a aposta na economia cultural para potenciar este sector. Com efeito, a âncora do desenvolvimento do turismo no concelho passa, e tem de continuar a passar, pela economia cultural.

A Casa das Artes, a Casa de Camilo e a rede museológica que o concelho ostenta são pilares do turismo cultural que o concelho pode, e deve captar.

Bem sabemos, e isso torna o desafio ainda maior, que a placa giratória que caracteriza o concelho, faz com que, do ponto de vista da economia empresarial, seja uma mais-valia a instalação de empresas no concelho (com excepção do comércio, que sofre os males dessa placa giratória), já do ponto de vista da economia cultural, seja precisamente ao contrário. Contudo, e tendo presente que mais de metade das deslocações turísticas internas são feitas por motivos gastronómicos, este pode, e deve, também ser um ponto de alavancagem do turismo concelhio.

Mas a economia cultural pode ainda contar com um subsector que tem cada vez mais importância e que são as indústrias criativas. Estas indústrias podem, e devem, ser acarinhadas porque desempenham, nos dias de hoje, uma actividade que polariza à sua volta outras actividades económicas e que cria, certamente, muita riqueza para o concelho. A falta de alguns espaços ao nível concelhio, embora mitigada pela recente

inauguração da Casa da Juventude, é sentida por aqueles que pretendem iniciar-se nesta actividade.

Um sector que assume cada vez mais importância na vida dos famalicenses e dos portugueses é o chamado quarto sector. A economia social desempenha um papel cada vez mais importante numa sociedade. Num tempo em que a voracidade dos dias não deixa muito tempo para as pessoas, para o contacto interpessoal, torna-se fundamental a existência, na própria sociedade, de uma economia, que baseada na não lucratividade, possa, de forma associativa, prestar um serviço público à sociedade.

Este quarto sector assume em Famalicão um papel cada vez mais importante, porquanto, através da proximidade aos cidadãos, tenta proporcionar qualidade de vida àqueles que dela estão afastados.

O concelho, só tem a ganhar se, de forma articulada com as entidades oficiais, conseguir potenciar as valências que este sector possui, proporcionando aos famalicenses melhor assistência social e melhor qualidade de vida às populações.

Aliás, o incremento do marketing social deve ser encarado muito seriamente pelos agentes políticos e pela sociedade em geral, dado que este será cada vez mais um veículo de alteração de comportamentos sociais. Esta é, nos nossos dias, uma das formas mais inovadoras para a alteração dos comportamentos, não pela via normal, mas através do marketing social que, alicerçado no estado, tem como parceiros de monta o terceiro sector (misericórdias, associações, voluntariado, intercâmbios) para potenciar a mobilização das vontades que fazem crescer o concelho e o país.

Por último, e antes de entrarmos na referência às barreiras de contexto (custos de contexto), deve ficar aqui uma referência ao que alguns denominam de quarto sector.

Com efeito, para alguns o quarto sector é o mundo virtual.

Este mundo virtual, que atravessa transversalmente todos os sectores de actividade, constitui-se cada vez mais como um enorme sector, com um potencial imenso. As

transacções na internet assumem já um papel fulcral na vida dos cidadãos de todo o mundo.

Famalicão não foge à regra e possui uma actividade muito importante neste sector. Há empresas famalicenses que exploram a construção de plataformas de acesso ao mundo virtual, como há muitas empresas que se posicionam nesse mundo virtual para poderem expor-se ao mundo global e aí venderem os seus produtos.

Esta é uma realidade a ter em conta em próximas análises da situação socioeconómica do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Não gostaríamos de deixar de fazer uma referência à inovação. O investimento em Investigação e desenvolvimento tem tido cada vez mais relevância na economia local. Se analisarmos os dados da Agência da Inovação, verificamos que desde 2005 para cá, o concelho aparece referenciado em projectos que, em média, apresentam valores na ordem de 1.200.000 euros anuais.

Nestes projectos, assume importância capital, o papel do CITEVE e do seu centro de nanotecnologia. Efectivamente, o Citeve é um pólo de investigação e desenvolvimento de novos produtos, não só para a área têxtil, mas também para outras áreas onde o centro possa fazer investigação.

Mas a investigação não se resume ao CITEVE e deparamo-nos com outras empresas e outras actividades a recorrerem ao apoio à I&D, sendo neste caso transversal a todas as actividades empresariais.

Finalmente, das audições efectuadas pela comissão, resulta que os agentes económico, culturais e educacionais ainda encontram por parte do Estado custos de contexto que condicionam a sua actuação.

Hoje, como há quatro anos, "Um dos factores inibidores de instalação de unidades industriais poderia passar, localmente, por pagamento de taxas de forma dilatada no tempo e não no início do licenciamento, quer da actividade, quer da construção de edifícios para a instalação das empresas (sempre com recurso a garantia bancária, por

exemplo). Esta ou outra forma encontrada para facilitar a captação de investimento – sem que a facilitação de procedimentos seja confundida com facilitismo – pode ser um caminho encontrado para criar mais e melhor riqueza no concelho e captar inovação.”

Esta temática é tanto mais importante quanto a concorrência entre concelhos é cada vez mais visível. Como referíamos na elaboração do anterior relatório, *“Contudo, a captação de investimento no nosso concelho sofre de uma acérrima concorrência. Há 5 concelhos limítrofes, em que todos competem pelo mesmo. Todos os 5 concelhos apresentam as mesmas características e têm, basicamente o mesmo tipo de estrutura empresarial. As pessoas têm o mesmo tipo de formação de base. Não há muitos factores diferenciadores entre eles, nem apostas muito diferentes na captação de novos tipos de indústria. Em geral competem entre eles pelas mesmas valências.*

*Esta condicionante só pode e deve ser alterada através do fomento da prática associativa das autarquias, com a criação de um grupo de sensibilização para as necessidades e valências da região (Vale do Ave) ou até distrito e região, mas não através da actuação isolada das autarquias no contacto com terceiros alheios à região.”*

Esta realidade ainda se mantém hoje, mas, pelo menos ao nível do concelho de Vila Nova de Famalicão, a crescente diversificação de actividades tem levado a que o concelho possa oferecer aos investidores novas oportunidades de investimento e aos residentes novas oportunidades de fixação, o que tem acontecido, como é visível na análise demográfica feita anteriormente.

Da análise e da audição dos agentes, fica-nos uma certeza de que o concelho só conseguirá inovar e progredir se for capaz de, na intersecção das diversas actividades, for capaz de criar sinergias e cooperação muito activa entre essas áreas.

## **Os nossos desafios**

- Potenciar a afirmação do concelho pela diferenciação e diferenciação relativamente aos concelhos limítrofes;
- Constituírem-se os órgãos municipais, em articulação com os órgãos do Estado supra-municipais, em elementos facilitadores (pela agilização de procedimentos) perante os desafios de mudança e de adopção de novas técnicas de gestão nos negócios tradicionais (sem nunca abandonar estas actividades económicas, mas permitindo que os agentes económicos as possam reiventar);
- Fomentar aprendizagens de gestão/organização, tanto espacial, como das empresas, porque este é um factor crítico do desenvolvimento do concelho;
- Fomentar o aparecimento do design e da inovação em todas as áreas de actividade;
- Aproveitar a placa giratória que é o concelho para fomentar a indústria da logística;
- Continuar a aposta no turismo cultural e gastronómico;
- Facilitar os movimentos próprios de actualização do comércio de proximidade;
- Atrair centros de competência/excelência para posterior ligação à actividade empresarial;
- Promover e divulgar, nos mercados europeus e emergentes, os produtos de valor acrescentado “made in Vila Nova de Famalicão”

## **Caracterização Socioeconómica – o desemprego**

No levantamento das condições socioeconómicas que esta comissão levou a cabo, assume importância capital a questão do desemprego. Sendo esta uma questão estruturalmente relevante, assume, conjuntamente, contornos de maior relevância.

Com efeito, a análise do comportamento do desemprego é um factor importante de estudo da situação socioeconómica do concelho, mas, hoje assume um papel relevantíssimo porque a situação socioeconómica do país assim o determina.

Como já tínhamos referido anteriormente, procuramos fazer uma análise estrutural do concelho neste relatório, mas não podemos ignorar a situação conjuntural que o país e o concelho vivem.

A conjuntura económica actual molda indelévelmente a conjuntura social que vivemos. Essa conjuntura social expressa-se com maior relevância na questão do desemprego. É aqui que mais somos confrontados com esta realidade social, e é também aqui que temos mais dificuldade em expurgar os constrangimentos conjunturais da realidade estrutural, que os dados também representam.

Tendo contextualizado esta análise, passemos à dita, tendo presente que os dados que serviram de base à nossa análise no primeiro relatório produzido pela comissão em 2006 (valor global do desemprego) foram os do INE, pelo que iremos neste momento utilizar os mesmos dados, em detrimento dos dados fornecidos pelo IEFPP, sob pena de estarmos a falsear a nossa análise. Já quanto aos restantes dados, porque retratam valores em percentagem, foram utilizados também dados do IEFPP.

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Se fizermos uma análise à evolução do desemprego e de outros dados conexos, verificamos que o desemprego tem aumentado desde 2001, a nível nacional

**Quadro 39 – Evolução do desemprego em Portugal**

**Quadro XXX - Evolução Desemprego em Portugal**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População Desempregada	248.000	221.600	204.600	211.500	272.300	355.600	389.700	447.300	458.500	439.500	437.600	563.300	619.000	733.000
Taxa de Portugal	4,90%	4,40%	4,00%	4,10%	5,10%	6,50%	7,10%	8,00%	8,20%	7,80%	7,80%	10,10%	11,10%	12,80%

Fonte: INE 2011

sendo esse também o comportamento a nível do Norte

**Quadro 40 – Evolução do desemprego no Norte**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População Desempregada	88.100	79.700	76.000	70.000	118.000	136.300	156.300	180.300	193.100	182.200	171.300	235.500	250.900	254.700
Taxa do Norte	4,90%	4,40%	4,10%	3,70%	4,90%	7,10%	8,00%	9,00%	9,70%	9,10%	8,70%	11,90%	12,70%	12,90%

Fonte: INE 2011

e ao nível do concelho de Vila Nova de Famalicão

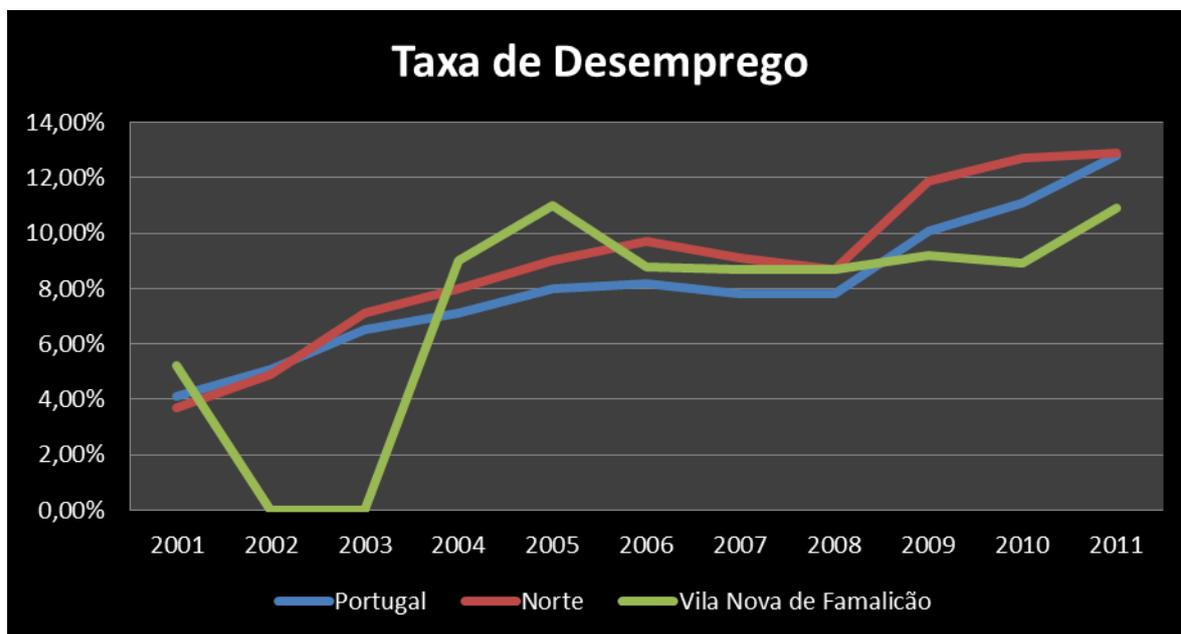
**Quadro 41 – Evolução do desemprego em Vila Nova de Famalicão**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População Desempregada	3.534	0	0	8.956	9.727	8.616	6.519	7.044	8.944	8.711	9.669
Taxa de V. N. Famalicão	5,23%			9,00%	11,00%	8,80%	8,70%	8,70%	9,20%	8,90%	10,90%

Fonte: IEFP (Dezembro 2011)

Através do gráfico abaixo, constatamos que a partir de meados de 2003, o Norte assume um contributo significativo para o agravamento da taxa de desemprego ao ver aumentar a sua taxa em relação à média nacional.

Quadro 42 – Evolução da taxa de desemprego



Fonte: INE 2011

Se pretendermos refinar a análise, observando o comportamento das taxas por nível etário, teremos:

Quadro 43 – Taxa de desemprego por nível etário em Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dos 15 aos 24 anos	10,4%	8,8%	8,6%	9,4%	11,6%	14,5%	15,3%	16,1%	16,3%	16,6%	16,4%	20,0%	22,4%
Dos 25 aos 34 anos	5,6%	4,8%	4,1%	4,1%	5,6%	7,5%	7,2%	8,9%	9,1%	9,8%	8,7%	10,9%	12,7%
Dos 35 aos 54 anos	3,9%	3,7%	3,2%	3,2%	4,0%	5,1%	5,5%	6,5%	6,3%	6,7%	6,7%	10,9%	9,8%
Dos 55 e mais anos	3,0%	2,9%	2,7%	2,6%	3,0%	3,6%	4,5%	5,2%	5,4%	5,6%	5,4%	7,0%	8,0%

Fonte: IEFP (Concelhos: estatísticas mensais)

A análise deste quadro dá-nos a exacta medida da evolução do desemprego em Portugal. Como já acontecia no relatório anterior, é na classe etária do 25 aos 34 anos que se dá a maior subida na taxa de desemprego, comparando o ano de 2000 (menor taxa de desemprego) com 2010.

Com efeito, de 2000 para 2010 (em apenas uma década) temos subidas da taxa de desemprego:

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Dos 15 aos 24 anos	160%
Dos 25 aos 34 anos	210%
Dos 35 aos 44 anos	206%
dos 45 e mais anos	196%

Ora, ao nível concelhio, esta não é a realidade. No concelho, os níveis etários mais elevados é que apresentam os níveis de desemprego mais elevado, com o escalão dos 35 aos 44 a representar quase metade dos desempregados no concelho.

Quadro 44 - Taxa de desemprego por nível etário em Vila Nova de Famalicão

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dos 15 aos 24 anos	9,7%	11,0%	13,4%	11,1%	9,6%	11,0%
Dos 25 aos 34 anos	17,5%	16,8%	17,7%	18,5%	17,4%	16,8%
Dos 35 aos 54 anos	44,7%	44,5%	45,0%	48,2%	48,1%	47,2%
Dos 55 e mais anos	28,0%	27,7%	24,0%	22,2%	24,8%	25,0%

Fonte: IEFP (Concelhos: estatísticas mensais Dezembro 2011)

Se prosseguirmos a análise, podemos verificar que ao longo da série de resultados abaixo, o número de desempregados que procuram novo emprego tem aumentado, a nível nacional, desde 1998.

Quadro 45 – Condição da população desempregada perante o trabalho – Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Procura 1º emprego	18,15%	15,52%	13,78%	16,51%	15,79%	13,53%	13,48%	13,90%	7,42%	9,36%	8,01%	7,44%	7,54%	7,47%
Procura novo emprego	81,85%	84,48%	86,22%	83,49%	84,21%	86,47%	86,52%	86,10%	92,58%	90,64%	91,99%	92,56%	92,46%	92,53%

Fonte: IEFP, 2011 Concelhos: estatísticas mensais

E essa progressão é visível também ao nível do Norte do país.

Quadro 46 – Condição da população desempregada perante o trabalho – Norte

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Procura 1º emprego	19,64%	15,81%	13,95%	17,65%	17,06%	15,52%	14,87%	14,34%	7,85%	10,25%	8,76%	8,40%	8,44%	8,47%
Procura novo emprego	80,36%	84,19%	86,05%	82,35%	82,94%	84,48%	85,13%	85,66%	92,15%	89,75%	91,24%	91,60%	91,56%	91,53%

Fonte: IEFP, 2011 Concelhos: estatísticas mensais

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Já no que refere ao concelho, os dados disponíveis vão em sentido oposto. Sendo o concelho um dos mais jovens do país, com índice de envelhecimento de cerca de 80% em comparação com 112% a nível nacional, a procura do primeiro emprego assume aqui uma importância acrescida.

Quadro 47 – Condição da população desempregada perante o trabalho  
Vila Nova de Famalicão

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Procura 1º emprego	4,61%	4,87%	5,54%	7,35%	7,24%	6,16%	6,14%	6,87%
Procura novo emprego	95,39%	95,13%	94,46%	92,65%	92,76%	93,84%	93,86%	93,13%

Fonte: IEFP, 2011 Concelhos: estatísticas mensais

Se conjugarmos os dados acima com os dados abaixo, verificamos que, estando cerca de 94% dos famalicenses inscritos no IEFP à procura de um novo emprego, e essa procura, para mais de metade deles durar mais de um ano, deparamo-nos com uma situação que pode potenciar graves questões sociais.

Quadro 48 – Duração da procura de emprego

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Menos de 1 ano	57,0%	57,3%	60,1%	62,4%	62,1%	53,6%	49,7%	42,7%	45,1%	58,3%	58,4%	47,5%	55,8%
Mais de 1 ano	43,0%	42,7%	39,9%	37,6%	37,9%	46,4%	50,3%	57,3%	54,9%	41,7%	41,6%	52,5%	44,2%

Fonte: IEFP, 2011 Concelhos: estatísticas mensais

Se pretendermos fazer um resumo que caracterize os desempregados em Vila Nova de Famalicão, teremos:

Quadro 49 – Desemprego no concelho por óptica

	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego	
	Homens	Mulheres	Menos 1 ano	1 ano e mais	1º emprego	Novo emprego
Vila Nova de Famalicão	4504	5165	5399	4270	664	9005

Fonte: IEFP, 2011

Quadro 50 – Desemprego por grupos etários

	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	> 55 anos
Vila Nova de Famalicão	1063	1623	4568	2415

Fonte: IEFP, 2011

Quadro 51 – Desemprego por nível de escolaridade

	< 1º Ciclo EB	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secundário	Superior
Vila Nova de Famalicão	374	3278	1905	1686	1643	783

Fonte: IEFP, Setembro 2011

Ou seja, a característica geral é:

- A maior parte são mulheres;
- Os que procuram emprego há mais de um ano são sensivelmente os mesmos que procuram há menos de um ano;
- Na sua esmagadora maioria estão à procura de um novo emprego;
- Tem entre 35 e 54 anos de idade;
- A maioria possui apenas o 1º ciclo do ensino básico como formação académica

Ora, da análise acima, podemos concluir que o concelho ainda não conseguiu requalificar completamente os quadros oriundos do sector têxtil, com produção em grande escala, e com baixa formação académica, mas com formação na sua área de actividade, para outras actividades.

Essa requalificação está em curso, e algumas das pessoas que originalmente estavam no sector têxtil já conseguiram passar para outros sectores, mas o concelho continua a ter muitas pessoas desempregadas com baixo nível de qualificação e, muitas vezes, com idade elevada, e que sofrem da concorrência de pessoas mais novas e com maior aptidão para as novas oportunidades de emprego.

Esta é uma questão colocada nas audições – será mais vantajoso proporcionar emprego aos mais jovens ou aos seus pais?

Não é uma questão fácil de responder, mas que inquina quem analisa os dados do concelho e do país.

Apesar de tudo, como já foi referido no anterior relatório, não temos assistido no concelho a situações de convulsão social, muito por força da rede social (e aqui devemos destacar todos os seus intervenientes) que, actuando por prevenção têm desenvolvido um trabalho muito meritório, mas, também como já foi referido no anterior relatório, podemos estar a assistir ao indício da existência de uma forte economia informal/paralela.

Esta é uma realidade conhecida no país e que afecta a economia como um todo. Mas que, neste contexto, associada à existência da pequena agricultura de subsistência, pode justificar a não existência da degradação social acima referenciada.

Não devemos deixar de fazer aqui uma última referência a algumas situações que, não estando aqui reflectidas, podem falsear as análises que se possam fazer à questão do desemprego.

Num período como aquele em que vivemos no momento em que procedemos à elaboração deste relatório, não possuímos dados fidedignos sobre algumas realidades, que não estando aqui espelhadas, deve merecer aqui uma referência para que possam, no futuro, ser acompanhadas. São essas realidades a emigração, a não retenção de jovens quadros qualificados e o trabalho sazonal além-fronteiras. Acrescente-se ainda que a circulação de mão de obra tem de ser analisada à luz do fenómeno da globalização.

A recente onda de emigração que tem caracterizado o país tem um impacto ainda por determinar nas estatísticas de emprego/desemprego que aqui analisamos, podendo algumas dessas estatísticas conter ainda como desempregados algumas das pessoas que já não estão no país, mas como não nos foi possível obter estatísticas de emigrantes do concelho, não nos foi possível verificar este efeito. Contudo, esta é uma

situação que deve ser acompanhada, nomeadamente porque em muitas famílias ocorreu apenas a partida de um único membro do agregado familiar e não de todo o agregado familiar e há necessidade de acompanhamento social de quem ficou no país.

Por outro lado, a dificuldade que existe ao nível da criação de emprego, tem-se reflectivo na não retenção de pessoas qualificadas, nomeadamente pessoas com altas qualificações que são aliciadas para poderem integrar novos projectos além-fronteiras. A nossa capacidade de atrair investimentos de ponta, aliada à nossa incapacidade de investimento interno, faz com que seja muito difícil reter a “fuga de cérebros”, mas esta é uma matéria que deve merecer a atenção das entidades locais e regionais, porque são estes cérebros que podem potenciar novos pólos de atractividade do concelho e da região.

Por fim, estas estatísticas de desemprego podem ainda esconder uma nova realidade que é o trabalho sazonal além-fronteiras. Neste caso, as pessoas não emigram definitivamente, mas são recrutadas para efectuarem trabalhos durante períodos mais ou menos longos em países terceiros. Ora, muitas destas pessoas poderão estar ainda nos centros de emprego, consubstanciando aqui uma situação de erro nas mesmas. Esta realidade é tanto mais preocupante, porquanto há trabalhadores que aceitam deslocarem-se para efectuarem esses trabalhos sazonais sem que as suas situações laborais estejam completamente regularizadas, criando-se assim uma situação que requer uma atenção no âmbito do acompanhamento social das famílias desses trabalhadores, ou mesmo dos trabalhadores.

Neste contexto de globalização, assiste-se a um fenómeno de busca de novos negócios além-fronteiras por parte das empresas nacionais. Essas empresas estão hoje a procurar negócios em países terceiros utilizando uma abordagem de deslocação da empresa para os novos mercados.

Esta deslocação pode, e está a ocorrer por duas vias, i) deslocação dos trabalhadores de Portugal para o país de destino e aí a empresa presta os serviços com o seu pessoal de origem e ii) a empresa desloca-se para o país de destino, mas contrata no mercado local mão de obra para efectuar o trabalho contratado com o cliente final.

Em qualquer das duas situações descritas, é uma nova abordagem ao mercado global, com consequências para os trabalhadores dessas empresas, que, não sendo potencialmente problemáticas, do ponto de vista das relações laborais, requer alguma atenção à forma como estas relações laborais se vão desenvolvendo.

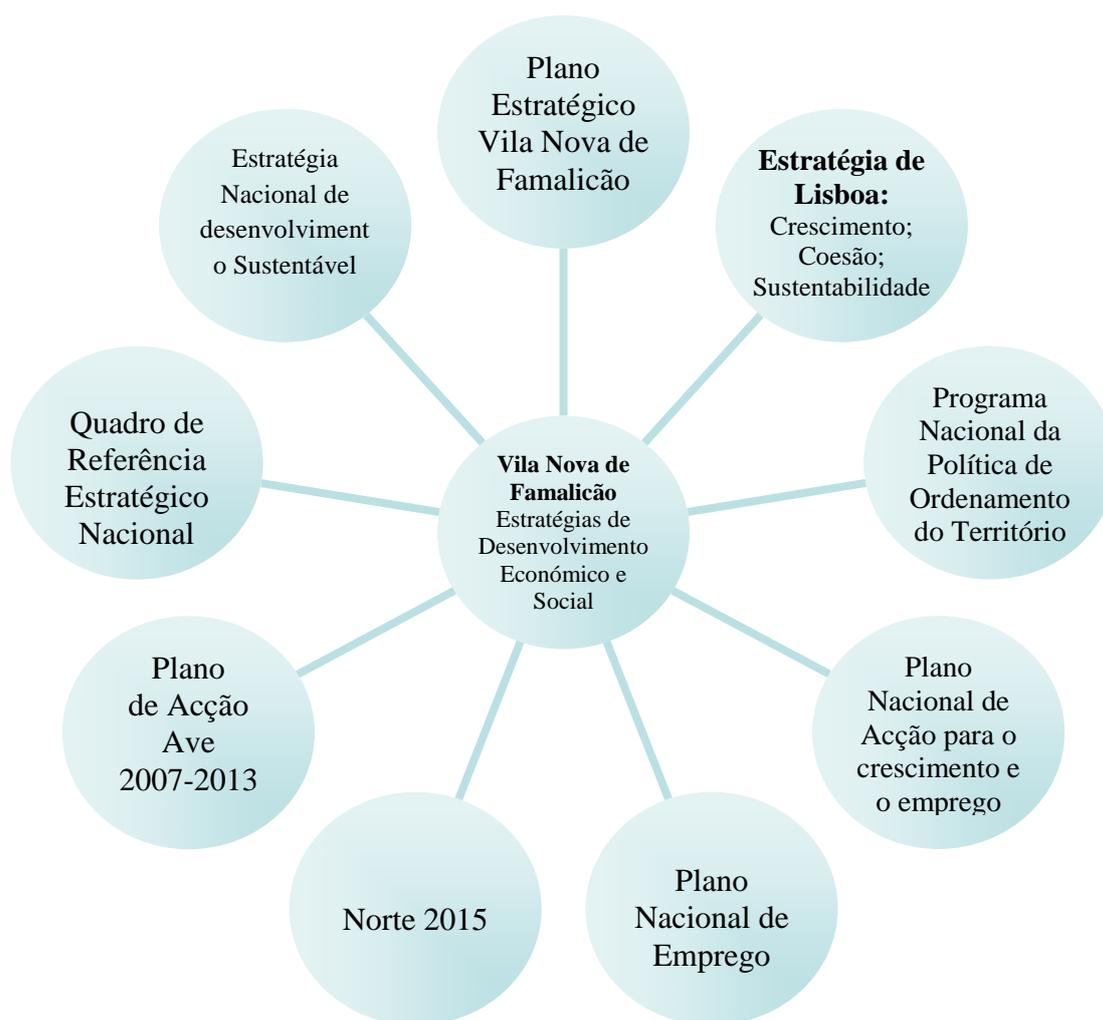
Por fim importa referir a importância da promoção de uma bolsa de emprego, devidamente harmonizada e integrada na realidade económica local e regional, encontrando-se forma de promover os desejáveis laços de cooperação entre o tecido empresarial, o sistema educativo e a rede social.

Estas e outras realidades devem merecer sempre uma atenção especial, mas numa época como a que vivemos, devemos dedicar ainda mais atenção às problemáticas que envolvem os desempregados e as suas famílias.

## **Enquadramento estratégico do concelho de Vila Nova de Famalicão**

Para enquadrar tudo o que foi referido neste relatório, gostaríamos de fazer uma referência a um conjunto de documentos de enquadramento estratégico do país, da região e do concelho.

Não é propósito, como já não foi anteriormente, elencar os desígnios estratégicos referidos nos documentos abaixo identificados, mas são eles que delimitam as opções estratégicas nacionais e regionais onde Famalicão terá de assentar as suas opções estratégicas para o desenvolvimento do concelho.



As apostas estratégicas de enquadramento acima identificadas podiam ser resumidas:

- i) "A região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimo de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial." (Norte 2015)
- ii) "Qualificar o emprego, a iniciativa e as organizações em contexto de coesão." (acção para a região do Plano de Acção do Ave 2007-2013)
- iii) "Modernização e diversificação industrial, com serviços de proximidade metropolitana e excelência cultural e gastronómica." (acção para Famalicão do Plano de Acção do Ave 2007-2013)

**COMISSÃO EVENTUAL DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA NA ÁREA DO  
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

---

Como complemento deste enquadramento, deixamos aqui também as linhas de acção definidas pelo Plano Estratégico do Município de Vila Nova de Famalicão 2007-2013:

- a) Valorização territorial;
- b) Qualificações e coesão social;
- c) Dinâmicas produtivas e inovação;
- d) Cultura e lazer

A conjugação destas estratégias e dos planos de acção estão, ainda hoje, também fruto da conjuntura actual, perfeitamente dentro dos parâmetros assinalados pelo União Europeia no seu relatório de sobre o estado da Coesão Europeia, razão pela qual voltamos a reproduzi-lo:

1. Capacidade de produzir inovação autonomamente ou de integrar de forma útil nos seus processos produtivos a inovação produzida por outros;
2. Capacidade para modificar o perfil da sua especialização produtiva, face a regiões com estado de desenvolvimento tecnológico semelhante ou superior;
3. Nível da sua dotação regional em infra-estruturas, que se traduzem em economias externas e permitem reduzir a situação de periferia relativa, perante os importantes mercados centrais europeus e mundiais;
4. A dotação em recursos humanos qualificados e ajustados ao nível de desenvolvimento pretendido.

Este é o nosso designio. Consigamos empreender esta tarefa!

Vila Nova de Famalicão, 16 de Fevereiro de 2011

Os Membros da Comissão Eventual,

António Fernando Sanguêdo Meireles - Presidente

Sílvio Tomé Simões Vilela - Secretário

Vítor Manuel Gaspar M. Lima Moreira – Relator

José Alfredo Silva Leite

Elisa Maria Domingues Costa Carvalho

Carla Sofia de Santana Afonso Ribeiro de Faria

Paulo Jorge Lopes Coelho

Carlos Manuel Cardoso de Azevedo

José Luís Silva Araújo